

ATA Nº8

----- **Ata da sessão ordinária, da assembleia municipal de Vagos, realizada no dia 27 de fevereiro de 2015.** -----

-----Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, pelas dezoito horas e trinta minutos, no salão nobre dos paços do concelho, reuniu a assembleia municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Miguel Rocha da Cruz, secretariado pela senhora Maria Helena Marques dos Santos e Victor Fernando Santos Neto, com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 28/11/2014.** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE 29 DE NOVEMBRO A 23 DE FEVEREIRO DE 2015, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº 2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA (E SEU SUBSTITUTO, TAMBÉM PRESIDENTE DE JUNTA) PARA, EM REPRESENTAÇÃO DE TODAS AS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE VAGOS, PARTICIPAR NO XXII CONGRESSO DA ANMP DE 27 E 28 DE MARÇO DE 2015, NOS TERMOS DO ARTIGO 6º DOS ESTATUTOS DA ANMP;** -----

----- **PONTO TRÊS: ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA (E SEU SUBSTITUTO, TAMBÉM PRESIDENTE DE JUNTA) PARA, EM REPRESENTAÇÃO DE TODAS AS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE VAGOS, FAZER PARTE DA CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO CINEGÉTICO COMO VOGAL;** -----

----- **PONTO QUATRO: PAES – PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL – PACTO DE AUTARCAS;** -----

-----**PONTO CINCO: CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL – FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL, DOS MUNICÍPIOS DE ÁGUEDA, ALBERGARIA-A-VELHA, ANADIA, AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES DO MUNICÍPIO DE AVEIRO, ESTARREJA, ILHAVO, MURTOSA, OLIVEIRA DO BAIRRO, OVAR, SEVER DO VOUGA, VAGOS E DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO, ENTIDADES QUE INTEGRAM O AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES – CPS – 001/2015;** -----

----- **PONTO SEIS: CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTES DE RESÍDUOS URBANOS A DESTINO FINAL PELAS ENTIDADES QUE INTEGRAM O AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES COMPOSTO PELOS MUNICÍPIOS DE ALBERGARIA-A-VELHA, VAGOS E OLIVEIRA DO BAIRRO – CPS – 1/2015.** -----

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da assembleia municipal: -----

----- Juan Carlos Ferreira Martins, Manuel Marcelino Santos Manangão, Maria da Graça Matias Gadelho, José Augusto Ferreira Martins, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Marco Aurélio Lourenço Martins, e Liliana dos Santos Barreira, eleitos na lista do PSD. -----

----- Mário Castelhana, César Manuel da Silva Grave, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Diana Marques Santos, Óscar Ferreira Pascoal, António Bastião e Jorge Pereira em substituição da senhora deputada Ana Paula Mourão, eleitos na lista do CDS-PP -----

----- Mário Batista Tarenta e eleito na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores presidentes das juntas de freguesia assim distribuídos: Luís Fernando Dias Oliveira, presidente da junta de freguesia de Calvão; Albano Jesus Gonçalves, presidente da junta de freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, presidente da junta de freguesia de Gafanha da Boa Hora; Maria Fernanda de Jesus Almeida Oliveira, presidente da junta de freguesia de Ouca; Silvério de Jesus Rua, presidente da junta de freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Fernando José Silva Vieira, presidente da junta de freguesia de Soza e Fernando Julião, presidente da junta de freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão a senhora deputada Ana Paula Mourão Branco, Carla Filipa Ferreira Gouveia e António Carlos da Cruz Maia. -----

----- Da câmara municipal estiveram presentes os seguintes membros: o presidente da câmara municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, e os vereadores senhor João Paulo Sousa Gonçalves, senhora Maria Dulcília Martins Sereno, senhora Maria do Céu Pereira Sarabando Marques, senhor João Manuel da Cruz Domingues e senhor Mário Martins Júnior. -----

----- **A – Apreciação e votação da ata da sessão de 28/11/2014.** -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia 28 de novembro de 2014 tendo a mesma sido aprovada **por unanimidade.** -----

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da assembleia municipal, no período compreendido entre 29 de novembro de 2014 a 27 de fevereiro. O senhor presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. -----

----- **C- Justificação de faltas.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do regimento da assembleia municipal de Vagos, o senhor presidente informou o órgão deliberativo que a mesa da assembleia municipal justifica as faltas dadas pelas senhoras deputadas Ana Paula Mourão Branco e Carla Filipa Ferreira Gouveia, à sessão de hoje. -

----- Seguidamente o senhor presidente da mesa deu início ao período antes da ordem de trabalhos. ---

----- **D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- O senhor deputado Mário Castelhana usou da palavra e referiu que ia aproveitar este período antes da ordem de trabalhos para partilhar com esta assembleia alguns problemas que o preocupam, a ele e ao CDS-PP, e que afetam as pessoas deste concelho. Assim sendo irá colocar algumas questões relacionadas com os seguintes temas, ao qual fará um pequeno comentário analítico: PDM, o Canal de Mira, o plano municipal transparência e combate à corrupção e os licenciamentos para os estabelecimentos comerciais. E começando pelo PDM colocou a seguinte questão: *“Qual é o ponto de situação da revisão do PDM?”* Entretanto, deixou o seu comentário relativamente a este assunto, ou seja, *“sabemos, e penso que não houve alteração nos prazos, que o prazo para pequenas alterações é de cinco anos de dez anos para as grandes alterações. Senhor Presidente, o senhor sabe até melhor do que eu, e nós oposição, das dezenas de moradias e construções ilegais e/ou em situação irregular que é preciso regularizar. É urgente que essa gente, essas construções e os respetivos proprietários passe a ter o direito a pagar os seus impostos e até também a serem solidários. E aqui trata-se de uma política de inclusão com o seu próprio Município, porque eles estando ilegais, estando por regularizar essas situações, não teremos entrada de contribuições e impostos para a Autarquia, lesa-se o Município e provavelmente essas pessoas, mesmo assim, não querem estar nessa situação. Penso que também ajudaria a resolver um grande problema do Município que é o problema financeiro. Espera o CDS que o executivo saiba assumir as suas responsabilidades.”* Relativamente ao Canal de Mira referiu que na última sessão da Assembleia Municipal falou deste assunto, ou seja, da limpeza que estava a ser feita no Canal de Mira que estava a ser feita pela Câmara Municipal de Mira e que já tinha chegado ao limite do concelho de Vagos, ao Cais do Moliço na Gafanha da Boa Hora. Entretanto, o senhor deputado ficou na dúvida, pelas respostas dadas pelo senhor Presidente, e que acabou por confirmar através da leitura da ata, com o alcance e a perceção que o senhor Presidente teve da intervenção que fez, até porque o senhor Mário Castelhana falou do Canal de Mira e o senhor Presidente fez algumas derivações por valas, por valetas, por aceifes, lagoas e outras coisas que teria observado quando fez uma visita com a proteção civil à floresta. A limpeza do Canal de Mira é algo de maior importância para o concelho de Vagos, enquanto que uma simples operação de limpeza de valas e valetas não traz esse valor todo. Assim sendo, o deputado gostaria de colocar algumas questões: *“Entende o senhor Presidente, ou não, que a limpeza do Canal de Mira contribui, ou virá a contribuir, e afeta de forma incontornável o desenvolvimento turístico do nosso concelho e até mesmo da região? Já foi ver a limpeza do Canal de Mira que foi operado ou não? No programa POLIS está contemplada a limpeza e a drenagem do Canal de Mira, ou não? Que data prevê o senhor presidente para poder informar os munícipes que o Canal de Mira está, ou estará, limpo?”* No que respeita à questão da transparência municipal e combate contra a corrupção o senhor deputado referiu que *“na breve e superficial análise que fiz ao relatório da inspeção, do IGF, entendo que o mesmo não é muito abonatório para o executivo anterior, do qual o senhor presidente da Câmara fazia parte conjuntamente com o nosso ilustre Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Não quero, todavia, entrar aqui em pormenores. Senhor Presidente o senhor respondeu-me na última sessão ordinária, desta Assembleia, que a Câmara possuía um plano municipal de transparência de combate à corrupção há quatro anos, mas, e porque a praxis deste executivo na formação da vontade pública continua, na minha perspetiva e análise, na mesma eu queria colocar-lhe*

as seguintes questões: que medidas práticas desse plano, que estejam ou possam ser evidenciadas, foram tomadas, ou vai tomar, para repor e reparar as recomendações do relatório apuradas pela inspeção? Pode o senhor Presidente dar a conhecer a esta Assembleia o dito plano de transparência municipal da transparência e combate contra a corrupção? E sendo o senhor proprietário do slogan verdade, rigor e transparência aguardamos, senhor presidente, que o mesmo plano seja colocado à disposição dos municípios no site da Câmara Municipal de Vagos como é de lei, que o senhor tanta vez invoca.” Em relação à questão da regularização de licenciamentos para estabelecimentos comerciais o senhor deputado referiu que até hoje, e já lá vai um ano e meio, nada foi feito sobre esta matéria. O CDS-PP esteve, e está, disponível para ajudar a resolver esta situação, se o senhor Presidente assim o entender. Este é um grande problema económico e social do concelho de Vagos e nunca os executivos assumiram uma postura proactiva para regularizar estas situações. Este é um problema grave que só com iniciativa política pode ser resolvido, o contrário será catastrófico para os agentes económicos deste concelho. O senhor deputado sabe que são os pequenos empresários que precisam de ajuda para esta regularização e por isso aguarda um gesto de boa vontade, por parte do executivo, e disponibilidade para tal, contando sempre com o apoio do CDS-PP. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado José Martins para colocar algumas questões começando por uma, que o preocupa em particular, e que tem a ver com a entrega da recolha dos resíduos sólidos a uma entidade privada e a preocupação dele, e dos trabalhadores da autarquia afetos a este serviço, é o que irá acontecer a esses elementos que executam, neste momento, estas funções. A segunda preocupação tem a ver com o estado atual das estradas do concelho de Vagos, essencialmente a sul, que continua bastante degradado e terá de se dar uma resposta aos utentes para quando a resolução deste problema. A terceira questão prende-se com o ponto de situação da ligação Boco-Quintã porque a estrada está cortada há já algum tempo e o senhor deputado gostaria de saber para quando a resolução do problema. A quarta questão que levantou prende-se com o Parque Empresarial de Soza e o estado da ligação à parcela B. -----

----- O senhor deputado Hermes Fernandes usou da palavra para felicitar a Câmara Municipal pela participação no evento “O” “Meeting”, um evento internacional, Mira/Vagos uma prova desportiva com a participação de cerca de dois mil e quinhentos atletas, a maior parte deles internacionais. O senhor deputado felicitou, também, a Associação Betel pela abertura do campo de futebol de Ponte de Vagos uma estrutura que fazia falta naquela Freguesia. Felicitou, ainda, a presença de mais uma figura pública no concelho de Vagos, o Dr. Emídio Guerreiro, Secretário de Estado do Desporto. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins e questionou o senhor Presidente da Câmara relativamente às obras da praia da Vagueira, isto é, saber o ponto de situação. Quis, também, deixar os parabéns à Câmara Municipal pela forma como está a gerir, em conjunto com a Universidade de Aveiro, o desenvolvimento do plano estratégico para o Município de Vagos. Pelo que o senhor deputado sabe, das reuniões que houve com a Universidade, foram extremamente produtivas e quis saber qual a visão ou opinião do senhor Presidente da Câmara em relação a estas reuniões. Entretanto, abordou o assunto da Rota das Freguesias que este executivo implementou e da qual havia muitas pessoas, das várias quadrantes políticas, a querer fazer parte da visita. Esta descida da Câmara

Municipal ao terreno, a verificar os problemas das pessoas, parece que passou para um problema político de realce da imagem do Presidente da Câmara. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor Fernando Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, para realçar algumas preocupações sendo a primeira delas as estradas do concelho, principalmente a norte, que estão num estado de degradação muito avançado, e fez referência aos lugares de Salgueiro e Fontão. As pessoas destes lugares preocupam-se em saber para quando a melhorias daquelas vias. Entretanto, fez referência à Comissão de Trânsito Municipal, ou seja, uma vez que já está reativada quando é que vai começar a funcionar, pois Soza fez um apanhado/resumo de situações de trânsito graves e para tal gostaria de fazer parte da equipa de trabalho dessa Comissão para se encontrarem resoluções urgentes para problemas graves, como por exemplo acidentes de trânsito. Outra questão que referiu prende-se com uma situação com a qual se tem deparado, fruto de alguma investigação que tem andado a fazer, pois o senhor Fernando pensava que só em um ou dois pontos da Freguesia de Soza é que acontecia, e está falar de águas sanitárias que constantemente são despejadas para nascentes, mas verificou que esta situação ocorre noutros locais. Então, verificou que em todos os sítios onde existe bombas ocorre o mesmo problema, ou seja, quando há excesso de caudal, quando chove muito, as bombas não têm tiragem suficiente, segundo o que lhe foi explicado, e o excedente do saneamento sai para as valas hidráulicas, para as nascentes de águas limpas. Entretanto, ficou a saber que noutros locais acontece o mesmo e deu como exemplo a mata perto do Parque de Campismo e no Parque de Lazer na Nossa Senhora de Vagos, onde o senhor Fernando esteve este ano no Verão e era impossível de se estar ali devido ao mau cheiro e à praga de mosquitos. O senhor Fernando referiu, ainda, que há bem poucos dias havia um senhor que tinha bacalhau a demolhar dentro de um saco na vala vinte metros abaixo do sítio onde está uma dessas descargas. O senhor Fernando sabe, também, que a Câmara quando tinha o pelouro das águas tinha um funcionário que pontualmente passava a verificar se as bombas estavam em funcionamento ou não e perguntou se, neste momento, a AdRA o faz, ou se a Câmara não deverá pôr alguém a vigiar a situação para fazer com que a AdRA cumpra e tenha as bombas em funcionamento. -----

----- Entretanto, pediu para usar da palavra o senhor deputado António Bastião e referiu que passou recentemente no estradão que liga Calvão ao Areão e verificou que este se encontra num estado caótico, praticamente intransitável. Dito isto, e uma vez que começam a vir as pessoas passar férias, este não é um belo cartão de visitas que dignifique este Município. O senhor deputado referiu ainda que como se desloca para muitos sítios diferentes há um outro assunto que tem tido dificuldades em responder e que diz respeito à Florivagos, Vagos ou outra feira do género, independentemente do nome que venha a ter, ou seja, para quando é que está previsto realizar em Vagos um evento destes. ---

----- A senhora deputada Diana Santos usou da palavra e voltou a frisar o mau estado das estradas do concelho, um problema que se tem falado muito, já foi dito que há muitas prioridades e que o dinheiro não dá para tudo mas a questão que colocou foi a seguinte: *“Tapam-se buracos de dois em dois meses, vai-se lá põe-se um bocado de alcatrão e tapa-se, gasta-se dinheiro nesse material, mão-de-obra, trabalhadores mas na prática não resolve nada, porque passado uma semana está pior do que estava, o buraco ainda está maior.”* Outra questão tem a ver com a segurança do pontão que dá acesso ao pólo

educativo de Fonte de Angeão onde passa constantemente a carrinha da Betel. Tem lá uma fitas a delimitar e a questão da senhora deputada é se a segurança das crianças está assegurada e se serão essas fitas suficientes. O terceiro ponto que referiu tem a ver com a qualidade das águas das fontes, nomeadamente na Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo. Este assunto já aqui foi referido e a senhora Diana Santos gostaria de saber se já foram tomadas providências, ou seja, se já foram feitas análises, qual o resultado nessas análises e se a água está própria para consumo ou não, porque nunca viu nada afixado, nenhum edital, que pudesse informar os habitantes da Freguesia. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Óscar Pascoal para perguntar qual o ponto de situação das obras da Quinta do Ega e das Folsas Novas, ou seja, se está para ser entregue brevemente ou não, se já há uma data agendada para que isso aconteça. Relativamente à Biblioteca Municipal perguntou se está para breve a abertura, pois na última sessão o senhor Presidente havia dito que já estaria tudo adjudicado e que estava tudo a correr da melhor forma. -----

----- De seguida pediu e usou da palavra o senhor deputado Jorge Pereira e pediu *“um voto se pesar, por assim dizer, pelo desaparecimento da excelente vista que deixamos de ter na praia da Vagueira. Fez-se lá um muro que só o tempo nos dirá se não é mais uma demonstração de desperdício de dinheiro do erário público, seja ele da União Europeia ou não. Temos visto que tem havido reforços sobre reforços em areia que não tem resolvido o problema e realmente este slogan do Vagos onde queremos ir, no que toca à Vagueira, significa cada vez menos a palavra praia, porque cada vez a área de praia tem desaparecido mais. Todos sabemos que não há controlo sobre esta situação é a natureza mas o que nos parece é não tem havido uma previsão ou, pelo menos, um criar de condições para que esta situação não evolua, isto é, estamos a gastar dinheiro em cima de dinheiro e, efetivamente, o slogan do cartaz turístico do concelho está cada vez mais afastado da praia da Vagueira.”* -----

----- O senhor deputado Filipe Mendonça Ramos usou da palavra e referiu que o *slogan* deveria ser *“Vagos por onde é podemos ir”* devido ao mau estado das estradas. E relativamente a este assunto quis saber, embora reconheça que não haja dinheiro para grandes obras, sobre um acesso a Santa Catarina, pela chamada estrada dos alemães, há uma ponte que passa pela ribeira do Salta, e isto é a informação que tem, onde caiu uma parte e colocaram lá uma fitas a tapar e ainda não foi arranjado. Esta situação já se arrasta há algum tempo e o senhor deputado quis saber se não era possível fazer ali uma intervenção. Depois, também tem surgido algumas conversas relativamente a uma ponte que existe sobre a vala Real ao fundo da rua da banda vagueuse e que está encerrada, tendo o senhor deputado questionado para quando a resolução de mais esta situação. Quanto à inspeção ordinária ao Município de Vagos realizada no ano de 2012, com o contraditório de 2013, e portanto estarão aqui coisas que por certo já não estão muito atualizadas. Mas há duas notas aqui que o senhor deputado gostaria de salientar nas apreciações do relatório. Uma delas diz respeito às adjudicações e salientou que há um excesso de ajustes diretos que o senhor Presidente poderá sempre reparar. Outra nota foi relativamente aos processos de obras muito burocráticos pois já várias vezes ouviu as pessoas queixarem-se sobre isso e este executivo poderia fazer alguma coisa para melhorar esta situação. O senhor deputado quis ainda um esclarecimento sobre as recomendações feitas neste relatório, isto é, o que é que este executivo considera fazer ou não fazer quanto a elas. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor César Grave e referiu que os programas operacionais do quadro comunitário 2020 da área da reabilitação serão os primeiros a abrir e para que possa haver projetos de reabilitação candidatáveis ao programa de apoio a estes investimentos é necessário que esses projetos digam respeito a equipamentos existentes na área definida aprovada pela Câmara Municipal. O executivo aprovou já a contratação de um gabinete que vai fazer esse estudo e que fará dentro de seis meses uma proposta que irá ser apresentada ao executivo que será posteriormente comentada e avaliada. O grande lamento do grupo municipal do CDS-PP vai para o prazo apontado para ter o estudo e a proposta entregue, não duvidando que este trabalho demora o seu tempo e considerando que os programas operacionais desta área estão a abrir constata-se que os munícipes, as instituições e a própria Câmara Municipal vão concorrer com atraso a este programa de reabilitação urbana. O senhor deputado questionou se não seria melhor antecipar esse trabalho o mais breve possível de modo a que o Município de Vagos não se atrase e não fique prejudicado? -----

----- Concluídas as intervenções dos senhores deputados usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados. Relativamente à questão do PDM foi feita uma 1ª revisão pontual por causa de um processo que entretanto surgiu mas que infelizmente não teve um bom fim. A questão que o senhor deputado Mário Castelhana pretende relacionar com as construções ilegais é um raciocínio que não está totalmente correto. Tudo o que era possível, e a negociação foi dura, árdua, demorada e com muito sucesso para o concelho de Vagos, incluir na revisão do PDM que pudesse levar à legalização de muitas das construções ilegais, e lembrou que se há construções ilegais além da responsabilidade da Câmara Municipal há também a do munícipe, como é evidente, foi incluído. Depois, há uma série de construções ilegais que estão no PDM foi prevista a criação de UOPG's, ou seja, programas específicos, nomeadamente plano de urbanização ou planos de pormenor que são enquadráveis no PDM e que podem levar à resolução desses problemas, onde se incluí o caso mais paradigmático que é o plano de urbanização da estrada da Alta Tensão na Gafanha da Boa Hora que poderá resolver muitos dos problemas daquelas construções ilegais. Uma das propostas que o executivo tem é de avançar em termos de urbanização mas ainda assim é preciso que as pessoas a seguir façam alguma coisa para legalizar, pois não basta aprovar o plano de urbanização e aquilo automaticamente fica legalizado. Isto tudo em conjugação com uma série de alterações legislativas que decorreram entretanto e quando falou nas legalizações convém referir que houve uma produção legislativa, nestes últimos ano e meio dois anos, brutal. De notar que houve alterações ao Código do Procedimento Administrativo, ao Sistema de Licenciamento das Unidades Industriais, o SIRP, ao Licenciamento Zero, ao Regulamento de Urbanização e Edificação, que estão a levar a que em breve, muito em breve, se traga aqui à Assembleia Municipal a alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação que está neste momento a ser elaborado com reuniões internas exaustivas, porque o RJUE só entrou em vigor no início deste ano. A Câmara Municipal só poderia alterar o RMUE com a alteração do RJUE, o problema é que este demorou muito a ser publicado, mais tempo do que as Autarquias estavam à espera, e uma Autarquia como Vagos que teria de alterar o seu regulamento municipal não o ia fazer com base no RJUE anterior, teria de espera que saísse o novo para alterar, depois, o seu regulamento municipal. Entretanto, há uma outra questão, que muito em breve irá ser

trabalhada, e ainda ontem houve uma reunião na CCDRC a abordar esse assunto, é que saiu um decreto-lei que neste momento possibilita o Licenciamento de Unidades Industriais que estejam ilegais. A Câmara Municipal vai iniciar, em conjunto com os senhores Presidentes de Junta, no que ao Licenciamento de Unidades Industriais diz respeito, ao longo deste ano, a legalização dessas Unidades Industriais. A questão está prevista no RJUE que também veio ajudar a esta questão da legalização, porque o RJUE prevê de forma mais evidente essa permissão da legalização de obras de génese ilegal. É possível com este conjunto de legislação nova, e em conjunto com alguns planos que a Câmara Municipal terá de desenvolver e que terá de pagar, e tem de se definir prioridades, de resolver estas situações. Muitos dos pontos que surgem no relatório do IGF referentes às obras e às construções ilegais seria bom que o CDS-PP repara-se nas datas da sua construção, porque verificarão, com certeza, que muitas delas vêm da liderança desse partido na Câmara Municipal. A Autarquia está em processo de adjudicação do processo do Plano de Pormenor das Azenhas do Boco que é uma obra de génese ilegal de mil novecentos e noventa e dois. Portanto, este executivo ainda anda a resolver problemas que vem desde essa altura e, infelizmente, são muitos e tem de se investir algum tempo e algum dinheiro da Autarquia para resolver essas questões. Há ainda um outro problema que surge associado às revisões do PDM, ou seja, existe uma nova teoria, porque como se sabe os espaços que são conseguidos à Reserva Agrícola ou à Reserva Ecológica exigem um combate muito grande por parte do Presidente de Câmara que negoceia essas desafetações, que é perigosíssima do ponto de vista da análise da revisão dos PDM's e que se traduz no seguinte: havendo espaços desafetados de RAN ou de REN que naquele período até à revisão não sejam construídos a teoria é que voltem à RAN ou à REN, ou seja, num processo de revisão deste género os Municípios estão sujeitos a perder áreas outrora conquistadas porque não foram construídas. O raciocínio da administração é esta: *“O Município pediu para desafetar determinado espaço de terreno. Nesse espaço de terreno, em dez anos, não foi construído nada. Então para que é que aquele espaço se háde manter em zona de construção e não háde voltar a REN ou a RAN? É esta a teoria. E, portanto, vai exigir um empenho e uma luta muito grande por parte das entidades Autárquicas, entenda-se, porque nós sabemos que em bom rigor o que um Presidente da Junta quer é que toda a área do seu território seja zona de construção, porque interessa às pessoas terem onde construir.”* Mas esta teoria poderá perigar as revisões do PDM, o que não quer dizer que se avance, e o senhor Presidente queria que ficasse claro que não é pela falta de revisão do PDM que essas construções de génese ilegal não se podem, na maioria delas, resolver. Há uma ou outra que o anterior presidente por muito esforço e empenho que tivesse colocado, e colocou, no PDM não se consegue resolver, e é bom que as pessoas tenham essa consciência. No que respeita à situação do Canal de Mira de facto na última sessão da Assembleia Municipal quando o senhor deputado Mário Castelhana colocou a questão o senhor Presidente desconhecia em absoluto o que estava a ser feito. A informação que tinha era aquela que deu na altura e no âmbito do Portugal “O” Meeting teve a oportunidade de conversar com o senhor Presidente da Câmara Municipal de Mira que tem uma problemática diferente, ou seja, a questão da limpeza prendia-se sobretudo com o problema das enchentes que, porque as valas não vazavam convenientemente para o canal, depois enchiam e provocavam enormes problemas. O senhor Presidente julga que o seu colega de Mira tenha encetado

todas as diligências necessárias nomeadamente o Estudo de Impacto Ambiental para aquela limpeza específica, até porque foi feita pelo Exército. De todas as formas fazia parte do programa POLIS o desassoreamento, não a drenagem, de toda a ria de Aveiro. E que vinha até à Ponte de Fareja e que ia até à Ponte do Areão. Como se sabe o processo ainda não avançou, está-se ainda no POLIS, neste atual POLIS, na fase de Estudo de Impacto Ambiental. É um estudo rigorosíssimo e caso se consiga concluir nesta fase já é uma grande vitória e uma ferramenta para no âmbito de um POLIS II, que não está garantido mas pode ser que haja, e está-se a trabalhar nisso e durante o mês de março vão decorrer várias reuniões, no âmbito dos fundos comunitários, de forma a permitir a realização dessa obra que é fundamental para o Concelho. Este POLIS I também teve muitas obras de requalificação ambiental, outras que permitem a fruição de alguns espaços e há aqui em Vagos alguns exemplos de obras, mas o POLIS II, o atual POVT, que se vai chamar POSEUR, vai sobretudo preocupar-se com a proteção de pessoas e bens e, portanto, não haverá muito dinheiro neste POSEUR para ir buscar para este tipo de requalificações do género da Quinta do Ega ou do género da ligação entre a Costa Nova e a Vagueira. As obras para requalificação vão existir, vai haver dinheiro para, por exemplo, se fazer uma reposição de areias, porque é esse o caminho quer se queira quer não que os técnicos entendidos na matéria dizem, na deriva marítima mas não vai haver dinheiro para obras de embelezamento. Estas obras de embelezamento irão buscar dinheiro à gaveta do Programa Operacional Regional. Mas isto são tudo só suponhamos, porque quando o senhor deputado César se refere ao Regulamento de Áreas de Reabilitação Urbana isto são tudo suposições, uma vez que ainda não há regulamentos aprovados, entenda-se isso. Não há um único Regulamento do Programa Operacional Regional aprovado pela Comissão Europeia. Portanto, está-se ainda numa fase de negociação de elaboração dos regulamentos, Claro que já há estratégias, e o que o senhor César disse não é regulamento mas é a estratégia. Só quando houver regulamento é que passado algum tempo poderá haver a possibilidade de candidaturas. Sobre a questão da transparência o senhor Presidente está em crer que o Plano de Combate à Corrupção está no *site* da Câmara Municipal, mas não consegue responder, com precisão, hoje mas uma coisa pode garantir-lhe ele existe. Em relação aos trabalhadores afetos aos Resíduos Sólidos Urbanos o senhor Presidente teve o especial cuidado, na véspera de levar o assunto a reunião de Câmara, reunir com todos eles e de lhes dizer que não ficassem preocupados porque todos eles ficarão integrados na Câmara Municipal caso esta Assembleia autorize que se avance com o procedimento. Todos eles têm que fazer na Autarquia e relacionando com a exposição do Bloco de Esquerda, sobre os contratos de emprego e inserção nas escolas, o senhor presidente adiantou que neste momento a Câmara Municipal tem cerca de trinta contratos de emprego e inserção para assegurar muitos dos serviços que se estão a fazer no dia-a-dia. Não havendo outra possibilidade é aquela que a lei permite. Relativamente à ligação Boco/Quintã o senhor Presidente adiantou que ela está para ser concluída muito em breve. Sobre a ligação do PES à Parcela B a obra está concluída estava a aguardar uma ligação da AdRA que terá sido feita por estes dias e será pavimentada em breve e depois pintada. Em relação ao Portugal “O” *Meeting* foi, de facto, uma boa iniciativa do Município, feita em conjunto com o Município de Mira, que trouxe muitos visitantes e muitas pessoas que vieram ao Concelho de Vagos pela primeira vez. O IPAM fez um estudo, que ainda não está concluído, para perceber qual o impacto deste tipo de

eventos no Concelho de Vagos, pois está-se em crer que é muito positivo e faz parte de um estratégia da Câmara Municipal a aposta claro no turismo desportivo. Associado a este evento houve a visita do senhor Secretário de Estado do Desporto que veio para a entrega de prémios no Portugal “O” Meeting e, depois, veio fazer uma visita ao estádio municipal e ficou o compromisso de voltar em junho para a realização dos campeonatos nacionais para a I e II divisão de pista ao ar livre da Federação Portuguesa de Atletismo. Em relação aos campos sintéticos ficaram concluídos os de Ponte de Vagos e Soza e, neste momento, está já a ser construído o do CRAC e Parada de Cima. Relativamente às obras na Vagueira, e não se associando ao voto de pesar do senhor Jorge Pereira, se repararem bem e tirarem as cotas do muro já existente e do muro que está a ser feito verão que em quase toda a sua extensão a cota é exatamente a mesma. O muro não subiu em relação à defesa aderente que já lá estava. Aliás, aquela defesa aderente já está um bocadinho mais baixa do que estava no início. As cotas da defesa aderente de hoje não são as mesmas da defesa aderente que foi construída há uns anos atrás, ela tem vindo a abater com os anos. E, portanto, o que foi solicitado em execução de obra foi que em nenhum ponto o muro que está a ser construído ultrapassa-se a defesa aderente já existente. O que acontece é que obviamente como é colocado mais atrás, em termos de perspetiva dá a impressão que o muro subiu porque dá menos possibilidade de ver o mar, isso é verdade. O muro só sobe na zona das escadas de acesso. Agora, obviamente que a Câmara Municipal tem a preocupação de depois dar ali uma vida àquele muro, para não parecer um “muro de Berlim”, mas o que é importante aqui ressaltar é que esta obra trará de certeza absoluta muita gente à praia da Vagueira. O senhor presidente não concorda com o senhor deputado Jorge quando ele diz que a vagueira está a desaparecer. A Vagueira tem problemas de erosão costeira, toda a gente sabe disso. Felizmente, está-se a fazer várias obras, tais como a reposição do Cordão Dunar entre Mira e a Costa Nova que resultou. E tanto resultou que no ano passado com as tempestades as praias aqui à volta tiveram sérios e graves problemas e Vagos, felizmente, não teve os problemas dos anos anteriores. Já por duas vezes o mar ligou ao rio, aqui no território de Vagos, e este ano não aconteceu. E não aconteceu por alguma razão, porque felizmente nas zonas mais sensíveis já estava feita a reposição do Cordão Dunar. E porque é que o senhor Presidente diz que vai atrair muita gente à praia da Vagueira? E Esta é perceção de várias pessoas. Porque vai ser possível a pessoa estacionar o carro, entrar no passadiço, fazer uma caminhada até à praia do Labrego, voltar para trás e ficar por ali a desfrutar da praia. O muro que está a ser construído é um muro de suporte e vai permitir, na sua parte posterior, que se faça um passadiço onde as pessoas podem andar por cima e apreciar o mar. O muro não podia ficar mais baixo que a defesa aderente, como é evidente, porque o objetivo é criar uma zona ciclável e pedonal em cima daquela defesa aderente. Por isso é que o senhor Presidente diz que aquela obra, ao contrário do que diz o senhor deputado Jorge, vai trazer muita gente à praia da Vagueira. Os comerciantes daquela zona ao princípio também não gostaram da obra mas agora são os mais agradecidos por aquela defesa aderente lá estar. Em, relação ao plano estratégico o que se pode adiantar é que neste momento já terminaram as reuniões com alguns intervenientes na ação do Concelho de Vagos. Foram feitas reuniões com as diversas organizações do concelho, desde IPSS's, escolas, grupos municipais e partidos políticos, ou seja, procurou-se ouvir o máximo de pessoas, sendo certo que tem de haver algum limite ao número de pessoas que vem a uma

reunião destas para que ela possa ser produtiva. Entretanto, iniciar-se-á uma outra fase, depois das conclusões destas reuniões, mais pública mas o problema é que se está com os *timings* todos apertados e, portanto, espera-se dentro de muito em breve ter resultados sobre este plano estratégico. Este plano será fundamental na estratégia dos fundos comunitários e, ainda hoje, o senhor Presidente esteve em interação com a Universidade de Aveiro sobre este tema. O senhor presidente quis dar nota, até porque foi público, que o Município, em conjunto com a CIRA, está a tratar de várias matérias que dizem respeito quer a contratualização, ou seja, aquilo que a Comunidade Intermunicipal vai contratualizar com a entidade gestora da MAIS CENTRO para poder ir buscar dinheiro e gerir o dinheiro comunitário para a Região de Aveiro. Há ainda outras possibilidades, isto é, o Município tinha no passado e tem, agora, neste quadro comunitário a possibilidade de constituir o grupo de ação costeira para a constituição das chamadas DBLC's- Desenvolvimento Local de Base Comunitária. Neste caso podem ser DLBC's costeiras, rurais ou urbanas. Em Vagos há a possibilidade de fazer a rural e costeiras. No caso da DBLC costeira Vagos funcionou em conjunto com os cinco Municípios da Região de Aveiro que têm costa, ou seja, Ovar, Murtosa, Aveiro e Ílhavo que constituíram o GAC - Grupo de Ação Costeira – e foi neste âmbito que se conseguiu um financiamento para, por exemplo, os barracões de Apoio à Arte Xávega, das praia da Vagueira e Areão, e o Posto de Vendagem. No caso das DLBC's rurais não havia um Município que fizesse essa gestão e então o Município de Vagos à data aceitou a proposta da ADELO, ou seja, de integrar o seu território na ADELO. Como se sabe, e foi público, através da ADELO foram financiados alguns projetos importantes para o concelho, IPSS's, entidades privadas e da Câmara Municipal. Nesta fase o que acontece é que tem que haver uma integração entre as NUTS III, ou seja, a Comunidade Intermunicipal e estas DLBC's, isto é, o território de atuação da DLBC tem que ser coincidente com o da Comunidade Intermunicipal. A CIRA decidiu apresentar a candidatura a uma DLBC que integrará o Município de Vagos, Oliveira de Bairro, Anadia, parte do Município de Aveiro, a zona sul, e Ílhavo. Estes serão os Municípios que integrarão a DLBC sul da Região de Aveiro. Foram convidados uma série de parceiros, alguns deles de Vagos ligados a estas questões da ruralidade, a Cooperativa Agrícola de Vagos e Oliveira do Bairro, a Caixa de Crédito Agrícola e a EPADRV. Portanto, são estas as entidades de Vagos que fazem parte desta DLBC rural que fará o mesmo papel que a ADELO fez no passado, embora aqui com uma posição diferente, caso a candidatura seja aceite. Sobre a questão da Rota das Freguesias o único objetivo do Presidente da Câmara foi o de aproximar os eleitores dos eleitos e isso é uma coisa que as populações se cansam de pedir e esta foi uma tentativa que teve muito sucesso. Depois de feitas as avaliações cumpre ao executivo dar seguimento, dentro das possibilidades financeiras do Município, àquilo que são os problemas detetados. Foi notável a participação das pessoas neste processo e, portanto, é para continuar. Relativamente à questão das estradas no lugar de Salgueiro/ Fontão ainda esta semana o senhor Presidente teve uma reunião com a AdRA, precisamente, sobre esse troço de estrada, porque essa estrada Salgueiro/Fontão foi apontada como uma das primeiras prioridades no âmbito de colocação de saneamento. E porquê? Por todos os motivos e mais alguns, fará a ligação à Zona Industrial, e há ali um troço junto ao largo da árvore, em Salgueiro, e o largo da feira que é desastroso e existe, por parte do executivo, alguma preocupação maior relativamente a esse troço. O que o senhor Presidente conversou com a AdRA foi que eles também

estão à espera dos programas operacionais para poder candidatar estas novas empreitadas. O que ficou combinado com eles foi da eventualidade, e o projeto já está feito, de resolver o problema deste pequeno troço para já e a Câmara estará, a partir de agora, em articulação com eles para depois se proceder ao alcatroamento da estrada na totalidade. Portanto, faz todo o sentido aguardar que a obra de saneamento esteja terminada para depois se proceder ao alcatroamento. Entretanto, já ficou resolvida a questão das águas pluviais que era, também, a origem do problema na estrada e quando se resolver a questão do saneamento concluir-se-á a obra, ou seja, proceder-se-á ao alcatroamento da estrada. Em relação á comissão de trânsito ela já está reativada e vão reiniciar os procedimentos e, normalmente, quando se tratam de assuntos referentes a uma Freguesia o Presidente da Junta é convocado para estar presente na reunião. A questão das estações elevatórias e as águas de saneamento despejadas nas nascentes foi outro dos assuntos abordados na reunião com a AdRA. Antigamente quando o serviço estava sob alçada da Câmara Municipal havia um funcionário que fiscalizava esta situação, neste momento, a AdRA não tem fá-lo através de telegestão, de uma maneira, supostamente, mais eficiente do que a anterior. Há aqui dois tipos de problemas que podem surgir. Por vezes, se as bombas das estações elevatórias avariarem ela não eleva para lado nenhum e, portanto, sai no *bypass* de emergência. Supostamente o sistema de telegestão chamará à atenção rapidamente e o problema terá de ser resolvido, mas esta é uma situação que não acontece frequentemente. O outro tipo de problemas que pode surgir é quando há excesso de caudal e isso acontece quando chove, porque as águas pluviais entram nos sistemas das águas residuais. O sistema está dimensionado para o funcionamento com águas residuais e quando lá entram águas pluviais não há sistema que resista, porque não era suposto que as águas pluviais estivessem a entrar no sistema de águas residuais. Nas ETAR's novas não é admissível que isso aconteça porque há poços de reserva, se o sistema deixar de funcionar passa a estar num reservatório. A questão é que mesmo os reservatórios quando existe um excesso de caudal as bombas não dão vasão, o que não é suposto, e tem de se detetar, e a própria AdRA é lesada, porque se não estão a entrar só nas estações elevatórias que depois bombeiam para as estações de tratamento só as águas residuais eles estão a pagar o tratamento de águas pluviais. Esta situação já aconteceu com a Câmara Municipal quando tinha as águas e saneamento a seu encargo. O que o senhor Presidente pediu foi que quando estiver tempo seco e ocorrerem estas situações entrem em contacto com a Câmara Municipal que entrará em contacto com a AdRA e perceber o que é que se passa, se o sistema de telegestão deles está a funcionar ou não e se não está saber porquê. É suposto quando há uma descarga dessas a AdRA saber que o está a acontecer. Outra situação que pode ocorrer é a questão das águas pluviais, ou seja, quando chove também é importante que os Presidentes de Junta, em conjunto com os técnicos da Câmara, perceberem quais são as estações elevatórias que têm excesso de caudal por causa das águas pluviais. E isto porquê? Porque aí terá de se ir ver o que é que está ali de errado e que se possa, eventualmente, alterar para resolver esse problema. Tem de se evitar que em qualquer circunstância as estações elevatórias bombeiem para as linhas de águas onde passam. Sobre as questões do senhor deputado António Bastião a estrada do Areão não será intervencionada enquanto as obras da PLOIS não terminarem, porque está a ser feita a reposição do Cordão Dunar e os camiões estão a passar por ali. Aliás, este problema já se estende quer para a estrada principal da Gafanha da Boa Hora quer para a

ligação Costa Nova/Vagueira. É importante que o empreiteiro, e a Câmara tem tido essa sensibilidade, se sensibilize para depois efetuar algumas reparações esporádicas para evitar que a estrada fique intransitável. Há diariamente centenas de camiões de cerca de cinquenta toneladas a passar naquelas estradas, o que é difícil de elas resistirem. Está previsto na empreitada que no fim o empreiteiro terá que reparar os estragos que provocou. Relativamente à feira industrial o senhor Presidente já aqui disse que é um dos objetivos desta Câmara Municipal, embora não seja uma prioridade e sim um objetivo, e como tal já se está a trabalhar no desenvolvimento da ideia. Aliás, já existem iniciativas privadas, empresas do concelho que acham importante realizar-se um evento desse género, que fizeram chegar à Câmara uma proposta para se começar a discutir essa ideia. Está agendada uma reunião em março com o NEVA e com algumas empresas para começar a pensar na realização dessa eventual feira, que não se garante ser para este ano. Em relação à questão da senhora deputada Diana Santos, os buracos na estrada, uma coisa é tapar os buracos outra coisa é fazer alcatroamentos e, portanto, o preço não é o mesmo. A senhora deputada tem toda a razão quando diz que se vai lá tapar os buracos e passado algum tempo ele volta a abrir é desmotivante, até para funcionários. A Câmara Municipal a esse propósito, porque foram várias as questões discutidas, fez uma reunião interna com as duas divisões que têm mais responsabilidades nesta matéria, nomeadamente a divisão de planeamento e projetos e a divisão de gestão de infraestruturas, e está-se a dar início a um trabalho de levantamento, e que vai passar pelos senhores Presidentes de Junta, das prioridades por Freguesia. O limite que se tem é aquele que está previsto no orçamento e que é pouco, dará uma ou duas ruas por Freguesia mas vai tentar-se, quando o tempo melhorar, ter tudo planificado para começar a fazer algumas das intervenções necessárias. Este ano ainda não ficará tudo resolvido, aliás longe disso porque, infelizmente, os problemas da rede viária são muitos e haverá alguns que são estratégicos e que ficarão para a eventualidade da candidatura ao próximo quadro comunitário, nomeadamente aqueles estratégicos como a ligação à zona industrial de Vagos até à A17 e depois a ligação à zona industrial da Mota à A25. No lugar de Lavandeira também há um problema de águas pluviais que está a tentar resolver-se com a colaboração do senhor Presidente de Junta de Soza. Sobre o facto da carrinha da Betel passar por cima do pontão e se isso coloca em causa as crianças a resposta é não porque não é suposto passar por lá. De todas as maneiras a informação que existe é que o pontão não estando em boas condições e merecendo, a curto prazo, uma intervenção não coloca em causa a carrinha da Betel mesmo não passando lá crianças. O senhor Presidente aproveitou para dar nota do seu agrado público pela nomeação dos centros escolares para a categoria da cultura no prémio da Gala VAGA D'Ouro, é bom sinal, é sinal que reconheceram o trabalho que os executivos anteriores, o antecessor das quais fez parte, fez nesta área e que teve a felicidade de ver concluir neste mandato. Em relação à qualidade das águas das fontes da Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo estando aqui presente o senhor Presidente da Junta será ele a responder à questão. Relativamente às obras da Quinta do Ega e Cais das Folsas Novas, que são a mesma obra, o que há a dizer é que no caso da Quinta do Ega já estão concluídas, houve um problema com os passadiços mas já foi resolvido. Entretanto, surgiu uma outra questão, que se está a resolver com a POLIS, e que tem a ver com as águas pluviais que naquela encosta destruíram dois ou três caminhos e, portanto, está a tentar resolver-se a situação, em articulação com os arquitetos da POLIS, com quem foi feita uma

reunião em obra, para se encontrar uma solução definitiva para que o problema não se volte a repetir. No caso da obra da Quinta do Ega está concluída não pode é ser entregue e a POLIS ainda não fez a inauguração porque ela faz parte da mesma empreitada que decorre no Cais da Folsas Novas e aí obras, apesar de estarem adiantadas, como existe um conflito com o empreiteiro, tal como tem existindo por parte da POLIS alguma dificuldade em lidar com o empreiteiro, parte do trabalho já está feito mas ainda falta concluir alguns trabalhos. Quando os trabalhos ficarem concluídos será entregue a obra à POLOIS que por sua vez entregará a obra à Câmara Municipal que fará a inauguração juntamente com a POLIS e depois far-se-á a divulgação do espaço convenientemente para que ele possa passar a ser usufruído pelas pessoas. A Câmara Municipal está confiante que está primavera já seja possível fazer isso. De todas as formas no caso da Quinta do Ega e do Cais das Folsas Novas ainda ficará uma parte para fazer que se espera poder vir a fazer no âmbito do próximo quadro comunitário de apoios, nomeadamente a passagem para o lado de lá do Rio Boco e a criação de circuitos. Em relação à Biblioteca Municipal a informação que há encontra-se no documento relativo ao ponto um da ordem de trabalhos, ou seja, foi feita a receção provisória da obra e, neste momento, já estão a ser feitos os procedimentos para aquisição de equipamento informático, processo já concluído, de aquisição do fundo documental e aquisição do mobiliário. Estes procedimentos só agora estão a ser feitos porque a Câmara Municipal só há dois ou três meses é que conseguiu os trezentos mil euros de financiamento adicional para estas três componentes. O que se está a fazer é o ideal, se não se conseguisse este financiamento ter-se-ia de fazer o possível. Entretanto, avançou-se com uma pequena intervenção no centro de Vila, ao mesmo tempo, que está em fase de análise de propostas, tendo o quarto classificado reclamado do procedimento e, neste momento, encontra-se em análise pelos técnicos da Câmara Municipal. A intervenção será a da remoção das fontes que estavam em frente às Biblioteca e da criação, nesse sítio, de dois ou três lugares de estacionamento e, depois, a remoção das fontes que se encontram em frente ao edifício dos Paços do Concelho que desde há muito tempo estão desativadas. As fontes vão ser retiradas, o piso será pavimentado e depois serão criados cinco lugares de paragem e não de estacionamento. Relativamente à questão do acesso a Santa Catarina já está concluído o projeto e irá ser iniciado o procedimento muito em breve. Em relação à rua da Banda Vaguense foi um *“martírio”* autêntico esta obra que irá iniciar, precisamente, na segunda-feira, dia dois de março de dois mil e quinze, tendo sido lá instalado hoje o estaleiro. No que respeita aos ajustes diretos é assim que se chamam e não há nada a fazer em relação a isso. O relatório do IGF, como qualquer relatório, aponta alguns procedimentos que podiam ser melhorados e foram feitas recomendações já em fase de relatório preliminar ao que a Câmara Municipal disse que ia acatar todas. No que respeita às aquisições o procedimento no CCP, Código da Contratação Pública, chama-se ajuste direto e não tem outra designação e pode estar-se a falar de um procedimento de ajuste direto na plataforma Vortal com consulta a várias entidades que é a mesma metodologia de um concurso público mas ele chamar-se ajuste direto. Depois, o que está aqui em causa e quem elaborou esta recomendação diz *“adoção de procedimentos mais solenes”* e o senhor Presidente fica sem saber o que é que é mais solene do que cumprir a lei. O CCP permite um determinado enquadramento para os ajustes diretos e a Câmara Municipal faz esses procedimentos de acordo com a lei. Como se pode verificar em momento algum a

inspeção diz que a Autarquia não cumpre a lei. A Câmara Municipal tem todo o interesse que em todos os procedimentos que têm em causa fundos comunitários o procedimento adotado seja o concurso público. A Câmara cumpre a lei e a lei tem limites, por exemplo, na contratação existe o limite de setenta e cinco mil euros de ajustes diretos no caso de aquisição de bens, no caso de empreitadas o limite é de cento e cinquenta mil euros. Esse limite se for atingido antes de três anos a entidade contratada não pode voltar a dar preço. No caso dos procedimentos que a senhora Inspetora viu o senhor Presidente da Câmara, em sede de reunião de Câmara, pediu três ou quatro procedimentos que foram trazidos em que a inspeção dizia que tinha sido consulta a uma entidade. Efetivamente, em termos de Vortal, foi consulta a uma entidade mas, como os senhores Vereadores que estavam presentes puderam testemunhar, pelo menos em dois desses procedimentos foi feita uma consulta formal, com entrega de documentos em envelope fechado, aberto no aprovisionamento pelos funcionários da Câmara. Entretanto, foi feito um ajuste direto, com consulta a uma entidade, aquela entidade que deu melhor preço, ou seja, em termos de plataforma, de facto, só se consultou uma entidade mas no procedimento havia a consulta a várias entidades. A Câmara continuará a cumprir escrupulosamente a lei e é assim que será encarado tudo o que diz respeito à gestão das aquisições. Do ponto de vista das obras existem, no relatório, algumas chamadas de atenção, e há umas que até são gerais, nomeadamente a questão da transparência que pode ser medida através da informatização dos processos, ou seja, quanto mais os processos tiverem informatizados menos possibilidade há de um processo desaparecer, ser extraviado ou demorar mais tempo do que devia. O executivo já está a tratar disto, aliás já foi aqui dito, por diversas vezes, que tudo o que é processo de contabilização das faturas já é tudo em formato digital, tudo o que é atendimento ao cidadão e correspondência também, recursos humanos igual. Neste momento, está a tratar-se das obras particulares, isto é, estão a elaborar-se os circuitos para começarem a ser implementados ainda este semestre e fechando esta área, das obras particulares, está o circuito todo definido. Aliás, foi feita uma visita à Câmara de Águeda que é uma referência nesta matéria de desmantelar de processos. Este desmantelar dos processos ajuda à transparência, a que haja mais celeridade nos processos e, portanto, o executivo está empenhadíssimo nessa matéria, sendo que esta recomendação do IGF já estava a ser adotada. Do ponto de vista da fiscalização e dos processos de contraordenações também já foram tomadas medidas nesse sentido e está-se já a melhorar nessas matérias. Do ponto de vista dos planos e fala aqui relativamente aos planos, nomeadamente os planos das Azenhas do Boco, a Câmara está já em fase de adjudicação, já com propostas, para resolver problemas bem antigos desta Autarquia. Do ponto de vista de acumulação de funções e das que foram referidas no relatório este ano só foram autorizadas duas e tendo sempre em conta as recomendações da IGF. Em relação à questão da cobrança de taxas o senhor Presidente chamou à atenção de um pormenor, ou seja, a única pessoa que não tem intervenção no processo é a pessoa que está aqui responsabilizada. Há uma emissão de um alvará onde refere que concretamente para a emissão do mesmo foi emitida a guia e foi paga. O senhor Presidente de Câmara da altura e responsável pelas obras particulares emite o alvará, assina o alvará e, pelos vistos, as taxas não foram bem calculadas e, portanto, o município não pagou um determinado valor de taxas. Entretanto, este problema foi detetado, no âmbito da inspeção, e imediatamente começou a ser resolvido contudo, surgiu outro problema, o município não era residente no concelho, ou seja,

estava emigrado no estrangeiro. Assim sendo, a autarquia andou cerca de dois anos para resolver o problema mas resolveu e o município já pagou a taxa, e a dívida já está liquidada e quando o processo for enviado para as entidades já segue com essa nota e com o comprovativo de pagamento. Concluindo, a Inspeção até é uma boa ferramenta de trabalho, não é de uma gravidade que uns pretendem dar ao documento, é um documento que faz algumas sugestões e para efeito de melhoramento dos serviços irá ser adotado. É um relatório que chama à atenção para muitos casos herdados do passado, remoto e longínquo, e a Câmara Municipal acatará todas as recomendações que forem feitas e resolverá todas as questões, embora em alguns casos haja uma opinião diversa da IGF. Muitas das recomendações feitas já estavam a ser adotadas, muito antes das conclusões do relatório, o que é sinal de que se está no bom caminho e a pensar as coisas de forma correta e o senhor Presidente admite que essas melhorias vêm de facto acrescentar valor aos serviços públicos e é isso que mais interessa à Câmara Municipal. Antes de terminar a intervenção o senhor Presidente convidou os senhores deputados e o público presente para no próximo dia cinco de março de 2015 assistirem à apresentação do QCIRA, Quadro Comum de Investimentos da Região de Aveiro, 2014-2020 que terá as intervenções do próprio, senhor Silvério Regalado, do Secretário Executivo da Cira, senhor José Eduardo Matos, o Pró-reitor da Universidade de Aveiro, senhor Filipe Teles, e do Presidente do Conselho Intermunicipal da CIRA, senhor Ribau Esteves.

----- O senhor Presidente da Mesa informou os presentes de que não era sua intenção usar da palavra se o senhor deputado Mário Castelhana se tivesse limitado a falar do relatório. Como não o fez o senhor Presidente da Mesa vê-se na obrigação de esclarecer que o cruzamento do termo corrupção com o termo irregularidade pode dar a ideia, para quem não está atento, que se criaram situações passíveis de constituir o crime de corrupção. O senhor Presidente não é capaz de discutir com o senhor deputado sobre se existiu ou não corrupção porque os casos mais graves e mais difíceis de resolver são todos respeitantes aos anos de mil novecentos e noventa e quatro a dois mil e um, que é o Vagasplash e as Azenhas do Vale do Boco. Assim sendo, não é capaz de chegar tão longe e pôr em causa a possibilidade de ter havido corrupção nessas duas situações. A Câmara Municipal de Vagos já foi alvo de muitas inspeções, desde a Polícia Judiciária, a Inspeção Geral das Finanças, o Tribunal de Contas, IGAL e IGAOT, e de nenhuma resultou, até hoje, qualquer tipo de consequência para a Autarquia e para os próprios Autarcas. Muito próximo de Vagos existem várias Autarquias em que os Autarcas, as Câmaras Municipais e o respetivos Vereadores e Presidente foram penalizados com coimas pelo Tribunal de Contas, ou com ações de perda de mandato, mas tal nunca aconteceu em Vagos, porque o que o relatório indica trata-se de meras irregularidades e estas irregularidades constam nos relatórios só por uma razão, isto é, não há um inspetor que seja, seja em qualquer setor da Administração Pública, que se atreva a fazer um relatório dizendo que não verificou nada de irrelevante. É que faz parte dos sistemas de avaliação dos funcionários públicos, e os inspetores também são funcionários públicos, o número de reclamações, o número de remessas para o Tribunal de Contas e o número de remessas para o Ministério Público. Por isso, é óbvio que o relatório tenha tido muitas recomendações e a melhor delas está nas obras particulares, onde foram detetadas pequenas irregularidades na organização do processo, ou seja, folhas fora do sítio. Mas verificou-se o cumprimento escrupuloso da lei e dos planos em vigor e quando se verifica esta situação está afastada a possibilidade de potenciar falta de

transparência, corrupção ou qualquer tipo de infrações conexas. O senhor deputado presenciou aqui a um dos atos mais valiosos e expressivos naquilo que são os planos de combate à corrupção e infrações conexas. Este executivo municipal fez uma alteração profunda da estrutura orgânica da Câmara Municipal, mexendo em quase tudo quanto era chefia e direção, e uma das medidas que são motivadas pelas entidades para acionar os planos de combate à corrupção e infrações conexas é exatamente a rotatividade de funcionários, a verificação dupla dos pareceres e, de onde a onde, a mudança de chefias e dirigentes. Só assim se desabitua hábitos que podem permanecer instalados com a atividade permanente numa determinada função e num determinado exercício de competências. Por isso, uma coisa é corrupção, e o senhor deputado tem todo o direito de exigir que se discuta e melhore o plano de corrupção que existe e que se faça a monitorização, o que é que foi feito, que medidas concretas foram tomadas e que resultados se obtivera. Agora, não cole é o plano ao relatório porque uma coisa não tem nada a ver com a outra e curiosamente chama para aqui pessoas que já cá não estão, que já saíram da Câmara Municipal há muito tempo, e o senhor Presidente da mesa não gostaria nada que os seus antecessores em executivos, nomeadamente do CDS, fossem novamente chamados para aqui. É certo que não é tudo perfeito mas cumpre a este executivo que se afirmou perante os eleitores com o compromisso de aumentar a transparência e o rigor que continue a caminhar nesse sentido. O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor deputado Mário Castelhana que quando fizer perguntas tenha o cuidado de não beliscar pessoas que aqui não estão, nomeadamente Presidentes de Câmara e Vereadores de executivos do CDS. -----

----- O senhor deputado Mário Castelhana voltou a usar da palavra para, segundo ele, repor a verdade. Assim sendo referiu que tocou aqui quatro temas sendo um deles, precisamente, sobre a transparência e combate à corrupção que faz parte dessa alteração estrutural, que o senhor Presidente da Mesa invocou e que faz parte das competências de alguém da Câmara. O senhor deputado não está aqui a invocar coisas que lhe passaram pela cabeça, o plano municipal de transparência e combate à corrupção é obrigatório. Quando o senhor deputado fez a pergunta e invocou esta questão referiu que não queria entrar em pormenores sobre o relatório do IGF, mas que não é nada abonatório, como por exemplo estas redações: *“existência de construções ilegais.”*; *“construção em Ponte de Vagos em situação de ilegalidade”*; *“processos de contraordenação que carecem de conclusão”*; *“muro ilegal em Fonte de Angeão”*. O senhor Mário castelhana não podia deixar passar esse argumentou que o senhor Presidente da Mesa referiu como se estivesse a indiciar alguém de corrupção. Aliás, o senhor Presidente da Câmara não respondeu à questão que fez sobre esta matéria e que era a seguinte: *“Que medidas práticas desse plano, que estejam ou possam ser evidenciadas, foram tomadas e/ou vai tomar para repor e reparar as recomendações ora apuradas pela inspeção? Ele não me respondeu. Ele podia-me ter dito assim: olhe o senhor recorda-se, o senhor por acaso até votou contra, a estrutura orgânica que apresentamos aqui, ficamos sem saber o que é que o senhor quis dizer naquela altura, e eu até daria uma oportunidade de falar sobre isso, sobre essa estrutura. É uma das formas, outra é precisamente, vamos lá ver, responder e corresponder, seguir os procedimentos normais, por exemplo, outro é se calhar a tal cultura que o senhor quer invocar, que tem anos e anos, pois tem, mas que é preciso alterá-la, mudá-la, mudança é precisa, outra é organização que deve ser planificada, planeada, etc.. É o*

senhor, por exemplo, dizer aqui nós gastamos oito dias ou quinze dias, tempos prévios de resposta, é ter objetivos práticos, metas bem definidas e um conjunto de situações que eu não vou, nem estou aqui, para discutir. Mas, fiquei incomodado, vou-lhe já dizer, tenho de o confessar, que fiquei incomodado o senhor estar tal e qual como um elemento aqui desta bancada, que de vez em quando, quando nós falamos destes instrumentos que são legais, que a lei nos põe à disposição para nós fazermos o controle e acompanhamento e para ajudar, inclusivamente, o executivo a ter um desempenho como deve ser, e não o contrário para não haver aqui coisas destas, para não ver em relatórios coisas destas. Percebe? Isso é que eu gostaria de não encontrar aqui e vou-me escusar aqui a referir alguns casos, porque alguns são mesmo muito graves, a serem concluídos. Por agora não me apetece dizer mais nada mas gostaria senhor Presidente da Mesa que não confundisse a minha intervenção com indicições, nada, foi pura simplesmente um contributo relativamente ao plano da transparência, o plano municipal da transparência e combate contra a corrupção que o senhor sabe bem de quem é a competência. Aliás, ele veio nessa altura da estrutura orgânica e, portanto, paro por aqui.” -----

----- Entretanto, retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara para responder à intervenção do senhor deputado Mário Castelhana, assim sendo, começou por perguntar se o senhor deputado sabe quem é o deputado municipal, de todos os que aqui estão, aquele que anda nesta vida política há mais tempo. De acordo com o senhor Presidente é o senhor Mário Castelhana e o modo como fala dá a impressão que só agora chegou a esta casa “e que vem aqui com grandes ideias inovadoras, quando o senhor anda aqui há muitos anos, e já andou de uma bancadas para as outras, como já sabe, e tem tanta pressa que nem consulta bem. Agora já lhe posso dizer, entretanto já recebi a informação, o senhor vai ao site da Câmara, informação financeira e vê lá, na informação financeira, o nosso plano de combate à corrupção. E nós, senhor deputado, fazemos as coisas, e em relação à suas dúvidas existências, porque não é a primeira vez que o senhor faz essas associações. Faz duas perguntas, diferentes, mas depois acaba por associar uma coisa com a outra e no caso concreto, e eu já disse que o senhor Dr. Rui Cruz não precisa de advogado de defesa, a insinuação, enfim, a forma como o senhor coloca as coisas é sempre muito estranha e dá a ideia que é tudo uma cambada de pessoas que não estão aqui por bem ou qualquer coisa do género. Não senhor deputado, nós sempre primamos pela nossa atuação e, olhe, nos executivos do Dr. Rui Cruz, e eu volto a dizer, do qual tive orgulho de fazer parte de um, outro fui líder da bancada e outro fui um deputado municipal, como qualquer um de vós, sempre primou pela preocupação máximo com o concelho de Vagos. e, olhe, foram nestes doze anos de mandato do PSD, e eu espero dar continuidade a esse legado, que acabaram os problemas judiciais em Vagos, ou pelo menos que não houve mais processos judiciais em Vagos. Fomos acabando com os existentes, fomos resolvendo problemas que herdamos do passado e ainda hoje, e eu tenho pena é que o senhor não acabe de ler a frase ... construções ilegais na Ponte de Vagos ... e eu vou agora ler o resto ...relativamente à construção integrada no POP nº84/92..., sabe o que é que isto quer dizer? É de noventa e dois este processo ... relativamente à construção integrada no POP nº370/99..., sabe de quando é esta? Eu podia dizer anteriormente tem o problema das Azenhas do Boco, tem o problema do Vagasplash e tem de facto algumas questões que temos que resolver, como é evidente. Nós nunca quisemos foi ser mais honestos do que ninguém no PSD, nós somos tão honestos como qualquer um de

vocês. Agora, não admitimos, em momento algum, que ponham em causa a nossa honestidade e isso senhor deputado não admito nem admitirei, porque quer este executivo quer os executivos anteriores eu ponho, por quase todos os elementos, as mãos no fogo.” -----

----- O senhor Presidente da Mesa agradeceu ao senhor Mário Castelhana o esclarecimento de que as insinuações não eram insinuações e as duas situações não se relacionavam uma com a outra, ou seja, que a corrupção não se associava ao relatório. Para o senhor Presidente já foi algo positivo porque lhe pareceu, na intervenção do senhor deputado, que estava a relacionar as duas coisas o que era perfeitamente injusto. Por outro lado referiu que nem sempre os inspetores têm razão, e o senhor deputado não teve acesso, mas deverá ter e poderá ter acesso, ao relatório preliminar. Há uma diferença substancial entre o relatório preliminar, o exercício de contraditório e o relatório final. É obvio que o senhor Presidente não conhece, ainda, inspetores que deem o dito pelo não dito, mas quando se conclui neste sentido a Câmara Municipal deverá adotar procedimentos para integrar todos os trabalhadores que adquire por prestação de serviços. Neste sentido a Câmara diz que a única forma possível é o concurso, e este tem regras, e a lei do orçamento de Estado tem essas regras inscritas e depois, reconhecendo a adoção de procedimentos, inscreve que deve ser cumprida a lei do orçamento de Estado. Portanto, o facto dos inspetores escreverem não significa que o concelho esteja tão mau. É um facto que tem, ainda, muitas construções ilegais porque durante muito tempo se construiu e permitiu a construção ilegal. Entretanto o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo, para responder à senhora deputada Diana Santos, relativamente à questão da qualidade das águas das fontes naquela Freguesia. -----

----- O senhor Albano Gonçalves informou a senhora deputada de que relativamente à Fonte da Moura já lá foi colocada uma placa a dizer que a água se encontra imprópria para consumo mas tiram-na sempre que lá é afixada. Entretanto, vão ser executadas obras brevemente porque a nascente está na horizontal e vai ter de ser levantada de modo a tornar a água própria para consumo. Em relação à Fonte dos Amores a delegação de Saúde de Vagos fazia, periodicamente, as análises dessas águas contudo, neste momento, não estão a ser feitas por esta entidade e terá de ser a Junta de Freguesia a encomendar esse serviço. A Junta de Freguesia teve sempre o cuidado de limpar os poços, a água vem da nascente cai num poço e o poço é sempre limpo, e, portanto, a água, desta fonte, está própria para consumo. -----

----- **E – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto um da ordem de trabalhos à discussão da assembleia: -----

----- **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE 26 SETEMBRO A 24 DE NOVEMBRO DE 2014, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor presidente da câmara prescindiu da leitura do documento, uma vez que o mesmo foi entregue antecipadamente aos membros da assembleia municipal. -----

----- Não havendo intervenções o senhor presidente da assembleia informou de que o senhor presidente da câmara solicitou à mesa a alteração à ordem de apresentação dos pontos, ou seja, iniciar pelo ponto seis. A alteração foi aceite e o ponto seis da ordem de trabalhos, aprovado em reunião extraordinária da câmara municipal, realizada no dia 12 de fevereiro de 2015, foi submetido à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- PONTO SEIS: CONCURSOS PÚBLICO INTERNACIONAL - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTES DE RESÍDUOS URBANOS A DESTINO FINAL PELAS ENTIDADES QUE INTEGRAM O AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES COMPOSTO PELOS MUNICÍPIOS DE ALBERGARIA-A-VELHA, VAGOS E OLIVEIRA DO BAIRRO – CPS – 1/2015. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para explicar que no âmbito da CIRA está-se a tratar do procedimento da aquisição de serviços em agrupamento de vários bens e serviços, nomeadamente dois que vem hoje aqui a esta assembleia, o ponto cinco da ordem de trabalhos e este. No caso deste ponto o Município de Vagos, como todos sabem, é dos poucos que ainda faz a recolha com recursos próprios, recorrendo às suas equipas de trabalho e aos seus camiões, que não são suficientes tendo um em regime de aluguer. O Município não tem veículo para a limpeza de contentores sendo obrigado a fazer o aluguer desse equipamento, ou a contratação desse serviço. No verão não há meios suficientes para responder às necessidades e no ano passado já se teve de recorrer a uma empresa para auxiliar na recolha dos resíduos urbanos na praia da Vagueira e, portanto, do ponto de vista da análise de gestão estudou-se esta problemática e percebeu-se que o investimento era muito elevado. Este investimento pressupõe aquisição de viaturas, contratação de pessoal suficiente, que segundo a lei o município está impedido de o fazer, para a recolha dos resíduos sólidos urbanos e, portanto, todas estas dificuldades, quer do ponto de vista financeiro quer do ponto de vista dos recursos humanos, fizeram com que se chegasse à conclusão que a melhor metodologia a adotar seria aproveitar estas aquisições em agrupamento. Em resposta à questão do senhor deputado José Martins, colocada no período antes da ordem de trabalhos, os recursos humanos afetos a este serviço serão integrados noutros setores, exceto a Eng^a Sónia Lourenço que ficará com a responsabilidade de fiscalizar o serviço, porque é importante depois da adjudicação fazer a verificação formal do cumprimento daquilo que vier a ser o contrato com a entidade que vier a ganhar. Este processo, em termos de interligação com os outros Municípios, foi coordenado, e muito bem, pela senhora Vereadora Dulcília Entretanto, o senhor Presidente pediu autorização para a Técnica Superior da Câmara Municipal na área do Ambiente, senhora Sónia Lourenço, para fazer uma breve apresentação analisando a situação atual do serviço e o porquê desta subcontratação. -----

----- O senhor Presidente da Mesa, assim como os restantes membros da Assembleia Municipal, não se opôs. -----

----- A senhora Sónia Lourenço usou da palavra e referiu que o objetivo da sua intervenção nesta Assembleia Municipal é a de fazer uma análise da atual situação do serviço de recolha dos resíduos urbanos(RU) e as vantagens da subcontratação deste serviço. Assim sendo, referiu que atualmente o Município de Vagos, em termos de equipamentos, tem disponíveis dois veículos pesados de recolha mais um alugado, o que é insuficiente. A nível de recursos humanos tem três motoristas e oito

assistentes operacionais. Associado a tudo isto estão outros custos, tais como: materiais gastos com os recursos humanos (roupas, botas, etc.,...); o combustível; a manutenção dos veículos; contratação de serviços de lavagem de contentores e serviços extras durante a época balnear. Em 2013 o custo total de RU foi de 538 000€ (quinhentos e trinta e oito mil euros), o valor de RU/TON sem tratamento foi de 40€ (quarenta euros) e o valor de RU/TON com tratamento foi de 70€ (setenta euros). Estes valores não contemplam os gastos com a recolha de RCD's e RCDA's nem a recolha de verdes. A recolha dos RU é feita diariamente na Vila (centro) e na Vagueira e duas vezes por semana no restante Concelho. A recolha dos "monos" é feita uma vez por mês, a lavagem dos contentores é feita duas vezes por ano. Durante a época balnear, na Vagueira, a lavagem dos contentores é feita duas vezes. Para o Município continuar a fazer o serviço de recolha dos RU's, recorrendo a recurso próprios e garantindo qualidade aos munícipes, teria de fazer um investimento elevado, tais como: reparação de um veículo pesado de recolha, que está avariado há algum tempo, cujo o custo ficaria em 150 000€ (cento e cinquenta mil euros); aquisição de mais dois veículos pesados de recolha num custo de 350 000€ (trezentos e cinquenta mil euros); aquisição de um veículo pesado de lavagem num custo de 200 000€ (duzentos mil euros); contratação de dois motoristas de pesados e cinco assistentes operacionais. Com a situação atual do serviço de RU a análise swot que se pode fazer é a seguinte: em termos de forças há a flexibilidade na gestão de serviços, contudo, as fraquezas são várias, desde as viaturas obsoletas, a periodicidade de recolha e lavagem de contentores, que é insuficiente, o absentismo e a gestão de recursos humanos, principalmente, no período de férias. Tudo isto leva a uma necessidade urgente de investimento em veículos, em contentores e a uma degradação constante na qualidade dos serviços prestados. A melhor forma de fazer face a estas dificuldades será o concurso público internacional em agrupamento com perspetiva de melhoria na qualidade de serviço prestado. Com o recurso ao concurso público internacional em agrupamento para aquisição de serviços de recolha de RU o Município de Vagos vai ter: detenção de equipamentos atualmente ao serviço; dependência de terceiros para a execução do trabalho; os RU do caderno de encargos não incluem os RU provenientes de gradagens; intensificação da fiscalização; a periodicidade de prestação de serviços continua a ser diário na vila e na praia da Vagueira e de três vezes por semana no restante concelho; a lavagem dos contentores é feita sete vezes por ano (mensal de junho a setembro); a recolha especial para eventos e festas; recolha de monos e verdes; na época balnear não há necessidade de contratação de serviços; recolha e tratamento de RCD's e RCDA's; o equipamento é da responsabilidade do subcontratado; alocação dos recursos humanos da Câmara Municipal disponíveis para a limpeza da vila; o preço base de RU/TON sem tratamento passa a ser de 35€ (trinta e cinco euros) e o valor do tratamento RU/TON passa a ser de 30€ (trinta euros). -----

----- Terminada a apresentação/explicação do ponto, por parte da técnica Sónia Lourenço, o senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra aos membros da assembleia municipal que se inscreveram para intervir. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta usou da palavra e começou por questionar o que são os monos ao que a técnica Sónia Lourenço respondeu que são os resíduos domésticos de grandes dimensões tipo colchões, sofás e eletrodomésticos. Outra questão que colocou, embora não tenha a ver com o ponto da

ordem de trabalhos mas está no âmbito deste tema, e que reporta a uma situação ocorrida em 2007, num terreno à beira da 109 com uma frente de cento e dez metros foram depositados resíduos, do género caniçada, pelos serviços camarários, tendo prometido terra arável ao proprietário do terreno. O senhor deputado perguntou à senhora Sónia Lourenço se este assunto está no âmbito das suas funções ou se terá de se dirigir às altas instâncias da Câmara Municipal para obter uma resposta e resolução ao problema. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para informar de que essa é uma questão para ele responder e não a Técnica da Câmara Municipal. -----

----- Retomou a palavra o senhor deputado Mário Tarenta para referir que quando entro na sala cometeu uma indelicadeza com a Sónia Lourenço e queria publicamente desculpar-se, porque na altura não a reconheceu. Entretanto, e antes que voltasse a comer outra indelicadeza informou-se junto do senhor deputado Mário Castelhana que lhe disse que se tratava da Sónia Biscaia e ficou enternecido porque recuou no tempo e lembrou-se que foi curador desta senhora na altura uma menina e não quis deixar de manifestar publicamente a sua satisfação de a ver hoje, aqui, a desempenhar um papel benéfico para toda a comunidade. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora e fez referência às dificuldades sentidas pelos funcionários da Câmara afetos à recolha dos RU e que são humanos como todos nós e muitas das vezes não são respeitados pelas funções que desempenham. Ninguém valoriza o esforço que eles fazem a carregar os contentores, muitas vezes na areia, e quando há vento os contentores voam para o meio da estrada e já não é primeira vez que o senhor Arlindo o vai retirar o que tem causado alguns problemas. O senhor Arlindo deixou um pedido, caso seja possível, que seria o de arranjar uma forma de fixarem os contentores e aprender a cuidar deles com mais cuidado porque são eles o suporte do lixo que fazemos. -----

----- Entretanto, usou da palavra o senhor deputado Mário Castelhana e agradeceu à técnica Sónia Lourenço pela abordagem e análise swot que fez que foram de uma grande ajuda para esclarecer alguns problemas que se colocam a vários níveis. Contudo, no entender do senhor deputado, *“o documento que acabou de apresentar tem o rigor que tem e nestas coisa quando se vão encontrar custos unitários e quando se aplica a analítica nestas coisas por vezes a nossa ilusão acaba por nos vir dar razão à razão, a analítica, por vezes enganamo-nos a fazer as contas, a apreciar, a analisar e sem pretender retirar o mérito que tem, até mesmo na proposta da câmara, porque tem um parque de veículos que é um desastre. Dir-me-ão daqui a um bocado se estiver a fazer outras análises que isto é exemplo da boa gestão, não pode ser, não é? É o que está, se serve aqui esta é uma evidência, afinal de contas temos o que temos, está tudo pelas ruas da amargura e vimos aqui já pelo lixo. Mas, há uma preocupação para mim, duas que me preocupam e que me vão obrigar a refletir aqui um bocadinho até à data da votação que é, efetivamente, o pessoal por um lado e uma das cláusulas que aparece lá em que a tendência é para subir 10%, na produção do lixo, quando a lógica devia ser precisamente o contrário, com campanhas de sensibilização, com educação, com essa formação toda escolar, com toda esta juventude que nós temos e que assimila mais facilmente estas campanhas, são mais sensíveis. Portanto, eu penso que a lógica, mesmo do mercado, é uma redução da produção do lixo. Ainda agora com esta medida*

que o estado lançou do saco plástico e, portanto, as pessoas vão ter de se retrain um bocado relativamente aos consumos e à produção do lixo, e, provavelmente, a maioria até vai passar a reciclá-los em casa. O que eu acho é que a exemplo do que aconteceu com as águas, que hoje estamos a pagar uma fatura já um bocadinho pesada, e também não diz aqui quanto é que o Município arrecadou ou arrecada, por exemplo, durante o ano de 2014 em resultado da cobrança, que faz juntamente com a fatura da água, para os lixos. Vamos esperar depois pelo relatório de contas mas estes 10% de crescimento ao ano que indicam, para levar este dinheiro, a mim deixa-me um bocado preocupado". -----

----- O senhor Presidente da Mesa retomou a palavra e colocou uma questão, relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, que reflete alguma preocupação, e isto porque não estudou o programa de concurso nem o caderno de encargos. Tendo em consideração que o Município de Vagos em 2001 assinou a criação da SIMRIA vinculando-se a rejeitar na rede de águas residuais um conjunto de caudais crescentes, e que vinculavam o Município a pagá-los caso não os rejeitasse, com este contrato o Município fica vinculado a um conjunto de toneladas mínimas, por ano, e não se verificando essas toneladas se ainda assim está vinculado a pagá-lo? Esta foi a questão que colocou. -----

----- A Técnica Sónia Lourenço retomou a palavra para responder a algumas questões que lhe foram endereçadas. Assim, em relação á questão dos contentores esclareceu que a sua fixação implica algum custo sobretudo para a orla onde eles ficam. Com o novo contrato vai haver uma redução de contentores, por volta de trezentos a quatrocentos contentores, e depois pode criar-se espaços e proceder à fixação que ficará a cargo da empresa a quem for adjudicado o serviço, exceto a base, mas esta informação vem no caderno de encargos. Depois do sistema estar implementado poder-se-á fazer um estudo para criar os tais espaços. Relativamente à questão dos lixos referidos pelo senhor deputado Mário Tarenta referiu que tem havido uma preocupação com esse tipo de "lixeiros" e a Câmara chegou a colocar placards com avisos aos munícipes, onde inclusive vem o número de telemóvel da técnica caso houvesse necessidade de contactar. Os placards foram colocados em seis pontos focais de lixeiras, não sabendo se inclui esse identificado pelo senhor deputado, mas até à data nunca ninguém telefonou a fazer qualquer pergunta ou pedir qualquer esclarecimento. Em relação à questão dos 10% levantada pelo senhor deputado Mário Castelhana a senhora Sónia Lourenço disse que estão incluídos no caderno de encargos porque permite à câmara ter uma manobra caso haja um pique de resíduos efetivos, porque normalmente o que se tem verificado é uma diminuição, mas, por exemplo, do ano passado para este ano houve um ligeiro aumento. Estes 10% são uma margem de manobra porque se não fizerem parte do caderno de encargos caso haja um aumento dos limites eles poderão ou não fazer a recolha. Assim sendo, é melhor ficar com esta margem do que não se ter e estar-se a limitar ao estimado, até porque há picos mais altos, como por exemplo a época balnear onde no ano passado houve um aumento considerável. No que respeita ao contrato com a SIMRIA a senhora técnica entende que ainda não foram atingidos as quantidades, há aquela média, o Município fez a sua média de produção dos últimos três anos, 2011, 2012 e 2013, é incluído no caderno de encargos e, supostamente, não vai ser menor que esse valor. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Câmara e referiu que este contrato é diferente dos contratos de caudais mínimos da SIMRIA. Neste contrato a Câmara Municipal paga o valor

à tonelada e o custo estimado tem a ver com um estudo feito pelos três Municípios e o pagamento será mediante as toneladas recolhidas. Portanto, é uma questão diferente daquela que foi na altura acertada com a SIMRIA, porque o modelo da SIMRIA assentava num estudo de viabilidade económica e financeira que previa um determinado aumento de caudais, até por força das obras de qualificação dos Municípios de redes de águas residuais, tal como existiu com a AdRA para sustentar o negócio. Este contrato é diferente, ou seja, existe um caderno de encargos que define qual é a metodologia de trabalho e depois o valor é pago de acordo com o consumo efetuado. O que acontece muitas das vezes é que há picos de consumo, nomeadamente os que se verificaram no ano passado na praia da Vagueira por alturas da época balnear que traduzem um aumento de frequência por parte de visitantes quer sejam com residência física ou não. Posto isto há aqui uma margem que tem de ser utilizada caso haja esse aumento, embora o senhor Presidente não acredite que a empresa deixasse de recolher o lixo o que poderia era cobrar preços que não os contratualmente previstos, caso se ultrapassasse a margem. Por outro lado chamou à atenção para um outro pormenor, ou seja, a questão da ERSUC e do tratamento. A questão do tratamento é outro ponto à parte, independentemente de se fazer esta prestação de serviços. O senhor presidente chamou à atenção que dos Municípios vizinhos não há nenhum que tenha recolha própria, Ílhavo, Aveiro e Oliveira do Bairro têm a SUMA, Cantanhede tem a empresa municipal e Mira tem a ERSUC, que faz a recolha e o tratamento. A questão do tratamento vai sempre manter-se. A recolha é que será contratada e a questão dos custos, como se trata de uma prestação de um serviço quantificado à tonelada paga à tonelada, e paga mediante a faturação que depois será verificada no local da descarga. A fiscalização será feita, a tempo inteiro, pela técnica Sónia Lourenço e consiste em verificar se o carro que faz a recolha do lixo o faz convenientemente e se o trabalho é bem feito. Neste processo todo é fundamental a colaboração dos senhores presidentes de Junta de Freguesia que devem comunicar à Câmara Municipal se o trabalho está a ser bem executado ou não, porque vai existir uma redução significativa de contentores, que é um dado relevante. Neste período de negociações concluiu-se que Vagos tem mais área de território e os custos destas sinergias positivas, comparando com Oliveira do Bairro e Albergaria-À-Velha, verificava-se o seguinte: o Concelho de Vagos tinha muito mais contentores do que, por exemplo, Oliveira do Bairro, mas embora a área fosse maior a proporção não era igual e o que ia acontecer é que os custos da recolha, como devem calcular, também iriam estar associados ao tempo que o camião perde parado a recolher o contentor. Portanto, havendo uma redução de contentores o período da recolha é mais curto mas está associado a isto uma frequência de recolha muito maior, daí a redução do número de contentores não ser uma medida tão grave quanto parece à primeira vista. Claro está que terá de haver aqui uma articulação muito grande com as Juntas de Freguesia, com cada um de nós e a Câmara Municipal, principalmente nos primeiros tempos, e um dos objetivos, não sabendo se será possível, será o de não começar no Concelho todo ao mesmo tempo, ou seja, ir iniciando de forma faseada. Na questão da análise custo benefício e da análise financeira o senhor Presidente chamou à atenção para um fator importante que é o da redução efetiva e imediata de mais de cinco euros a tonelada mas isto não é inteiramente verdade, e porquê? É evidente que os custos calculados incluem o custo da mão-de-obra, e informou que a contabilidade analítica foi implementada em 2012 o que está a auxiliar bastante a execução deste trabalho, os custos da aquisição

de infraestruturas e materiais, no caso pode ou não estar incluído o tratamento, a contratação de serviços, o gasóleo e a manutenção das viaturas. No entanto, há um custo que não vai desaparecer, a mão-de-obra vai continuar a ser paga aos funcionários da autarquia. Portanto, os cinco euros não serão uma redução efetiva, a não ser que se compare uma realidade e outra, mas a Câmara vai ter de continuar a pagar aos funcionários embora, claro está, estejam disponíveis para serem integrados noutras equipas de trabalho a exercer outras funções. O senhor Presidente acredita que as empresas irão bem abaixo dos trinta e cinco euros a tonelada porque a experiência diz isso mesmo, ou seja, houve já um procedimento entre Águeda e Estarreja cujo o custo de recolha está nos vinte e oito euros a tonelada, não querendo com isto dizer que este seja o preço melhor que se irá conseguir com este contrato. -----

----- O senhor deputado Filipe Mendonça Ramos pediu para usar da palavra e pediu que lhe esclarecessem uma dúvida relativamente à quantidade de contentores que vai ser reduzida, isto é, trezentos contentores dá uma média de trinta contentores por freguesia, e isso não será demasiado? Globalmente falando este contrato é muito benéfico mas com esta redução o serviço não irá ficar prejudicado? Questionou, ainda, sobre o impacto disto nas taxas cobradas aos munícipes. -----

----- Relativamente à primeira pergunta a senhora Sónia Lourenço responde que não, ou seja, o serviço não irá ser prejudicado. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Fernando Vieira, presidente da junta de freguesia de Soza, e pegando nas palavras do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos, e porque vai “sobrar” para os Presidentes de Junta, para perguntar quais são os contentores que vão retirar na freguesia de Soza, porque as pessoas estão habituadas a ter os contentores naqueles sítios específicos e vão dar por falta deles. Outra preocupação que referiu é esperar que não aconteça com este contrato com que aconteceu com a água, isto é, que as pessoas não tenham de começar a pagar mais pelo serviço quando a Câmara está, e bem, a pensar poupar algum dinheiro. O Concelho de Vagos está muito sujo, tem monos abandonados por todos os cantos e esquinas, em especial na freguesia de Soza que tem muitas saibreiras e estas servem de depósito aos lixos, e é intenção da junta, este verão, começar uma limpeza nestes locais, e o senhor Fernando Vieira quer saber o que é que vai acontecer, depois, a esses lixos. A Câmara vai continuar a recolhe-los e levá-los para os sítios indicados? É a nova empresa a executar esse serviço? O que é que vai acontecer com estes extras que não têm a ver com o dia-a-dia dos resíduos urbanos? -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins e referiu que lhe pareceu que o objetivo principal é a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, disso não tem dúvidas. Quanto à questão dos contentores não está preocupado porque já chamou à atenção da senhora vereadora para sítios onde foram colocados vários contentores e se forem reduzidos para metade não fazem falta nenhuma. Entretanto, e em resposta a um comentário do senhor deputado Mário Castelhana, referiu que a analítica não é mais ou menos, a analítica é certa. Quando a Câmara faz um estudo com base na analítica não é mais ou menos é para saber os preço exatos e não para estar a inventar números, ao contrário do que disse o senhor Mário Castelhana. Quanto à tendência para crescer todos sabem que se há um aumento do consumo há um aumento efetivo do lixo, isto é um mais um, sendo que associado a

isto está a educação na separação dos lixos. Mas o lixo continuará a existir e foi aqui que pareceu ao senhor Juan Carlos haver alguma confusão, isto é, entre o aumento do lixo e o aumento do custo a pagar à empresa que vier a fazer o serviço e uma coisa não tem nada a ver com a outra. O que refere aqui é que o aumento do lixo tem a ver com a taxa de inflação e este aumento dos 10% refere-se ao aumento do lixo produzido. -----

----- Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara para responder às questões dos senhores deputados. Relativamente às questões do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soza se for feita essa média até é bastante fácil de reduzir. O senhor Presidente reconhece que o que foi dito e concorda em absoluto, ou seja, não vai ser um processo simples, este da redução do número de contentores, mas tem tudo para correr bem porque no caso de Vagos e da praia da Vagueira a recolha passa a ser diária. Há sítios onde não se justifica ter uma série de contentores, mesmo nas freguesias mais rurais o que vai acontecer é que a frequência de recolha vai aumentar, passando para três vezes por semana. Mas com bom senso e com a colaboração de todos, principalmente dos presidentes de junta, a Câmara municipal não terá grandes dificuldades em chegar ao número certo de contentores a reduzir. Aliás, houve aqui uma componente técnica, depois de um componente política, nesta negociação e no início falou-se na redução de um número muito maior de contentores, os outros municípios exigiam bastantes mais mas conseguiu-se chegar a um meio-termo. Quanto às taxas, ou ao preço cobrado por este serviço, há aqui uma questão pendente e que tem a ver com o custo da taxa do IVA sobre a recolha dos resíduos sólidos urbanos. De todas as formas, e também respondendo ao senhor deputado Mário castelhano, a receita que se cobra aos munícipes não chega nem para pagar o tratamento. Vagos é um dos Municípios, de todos os que fazem parte da Região de Aveiro, que menos cobra pela recolha dos RSU's. Não se quer com isto dizer que se vá aumentar até porque se se procurar aqui reduzir o custo este fica, de certa forma, atenuado. Não se sabe é o que é que poderá vir por aí, como este ano houve esta questão das alterações legislativas em relação aos sacos de plástico. Esta questão da gestão dos resíduos é uma questão muito sensível para a Comissão Europeia e Portugal poderá ser alvo de se ter de vir a cumprir objetivos para com esta entidade, daí haver também estas medidas que o Governo está a tomar para a redução dos consumos terem a ver com as medidas europeias. O país está muito aquém do cumprimento dessas medidas e, portanto, vai ter de tomar rumo nesta matéria e, na opinião do senhor Presidente, tem de haver concertação entre os partidos políticos para que haja uma concertação sobre esta questão, porque aí a Comissão Europeia não costuma ser branda e terá de se cumprir com as metas que esta estabelece. Não é intenção da Câmara Municipal mexer nesse preço. O eventual aumento de preço só vai existir se houver aumento dos valores base e daí ter-se dado aquela margem, por que ultrapassar o valor estimado a empresa tem dois caminhos: ou recusa-se a recolher ou cobra ao preço que entender, que até pode ser o contratual e se assim for não há qualquer problema da parte do Município. No entender do senhor Presidente é possível baixar a tonelagem do lixo, porque hoje, apesar do aumento dos consumos, é possível, numa outra componente, reduzir os consumos de RU's, como por exemplo as pessoas deixarem de colocar nos contentores laranjas, relva, ramos de árvores, etc., como tanta vezes se vê. Com os mecanismos que se vão ter ao dispor, com este contrato que se vier a realizar, para

reduzir estes consumos então há que trabalhar nisso. Mas isto é uma verdade absoluta? Não, não é. Exige muita fiscalização e muita educação do ponto de vista ambiental e da parte da empresa a quem se adjudica os serviços fazer campanhas de sensibilização, que faz parte do caderno de encargos. -----

----- Entretanto, o senhor deputado Mário Castelhana levantou uma questão, que lhe está a suscitar algumas dúvidas, ou seja, esta não será mais uma operação disfarçada para privatizar e passar a fatura para o cidadão de uma forma habilidosa, como se fez com as águas. Neste caso que é em agrupamento, são três entidades, se uma delas propõe um aumento de tarifário não há ali nada no contrato nada que ressalve essa posição de cada elemento. O senhor deputado fez esta pergunta porque tem conhecimento de que em Oliveira do Bairro o que aparece na fatura dos RU's não é nada disto que vem aqui nestes documentos, nem nada que se aproxime. Também não se sabe se a analítica lá é como esta aqui *“do porta-voz do partido que utiliza uma analítica com uma escala macro arredondada para o milhão para unidades de dezena, etc., etc., quando eu aprendi que isso, e já lá vão uns anitos, aquilo andava por frações micros e mais não sei quantos. Aqui dá sempre em zero e o meu pai costuma dizer que o zero não vale nada, pode ser à esquerda como à direita, mas o meu pai já vai para noventa e três anos hoje não. Esta analítica não pode ser aquela das águas não, da universidade das águas, esta analítica tem de ser mesmo aquela analítica que se dá aí, se calhar por onde passou o porta-voz, ali mesmo na Universidade de Aveiro que tem um bom estabelecimento de ensino, o ISCA e outras que tem aí, portanto, que são mesmo rigorosas. Nós sabemos bem que isto são processos analíticos um bocado assim com uma folgazinha, meramente demonstrativa, mas não passa essa esponja aqui à bancada do CDS. Essa não que a gente não a aceita, essa analítica, esse conceito de analítica que o senhor tem para nós não serve. Se serve para si fique com ela para si mas não a recomende a nós. Portanto, a mim o que me, e continuo com a dúvida senhor Presidente, é se está aqui em condições de garantir, por exemplo, que os municípios não vão pagar mais pelo lixo. Isso é que me importa saber e se amanhã o senhor pode efetivamente impedir o aumento do tarifário, no seu caso para Vagos, independentemente dos outros o poderem subir ou não.”* -----

----- Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara para responder às dúvidas suscitadas pelo senhor deputado Mário Castelhana e referiu que há uma diferença enorme entre aquilo que é um contrato de concessão, como foi o caso da AdRA, e um contrato de aquisição de serviços, como é o caso da recolha e transporte de resíduos urbanos. O que se tem estado a falar é de um contrato de serviços e não de um contrato de concessão. A Câmara Municipal não fica *“amarrada”*, porque se assim fosse tinha de ter este fator em conta. Este contrato o Município de Vagos podia tê-lo feito de forma autónoma mas foi feito de forma conjunta porque se entendeu que haveria vantagens competitivas em todos Municípios fazerem em conjunto. A gestão do contrato é do Município de Vagos, a fatura não vai para o agrupamento vem para a Câmara Municipal de Vagos referente ao lixo recolhido no concelho de Vagos. A partir do momento em que se conclui este procedimento cada Município *“vai à sua vida”*. A Câmara Municipal depois terá é de assegurar que a qualidade do serviço prestado aqui é a mesma que em Oliveira do Bairro e em Albergaria-a-Velha, para que não haja uma diferença de tratamento. Para a empresa, e daí a vantagem competitiva, também é mais atrativo ter, por exemplo, um centro logístico para ir aos três concelhos, ter pessoas contratadas que podem fazer a recolha e podem ir fazendo

rotatividade, mas a gestão do contrato passa a ser individual. No caso da AdRA, quando o Município aderiu à AdRA, foi um contrato de concessão a trinta anos com o estudo de viabilidade económica financeira de harmonização de preço que veio aqui e foi aprovado pela Assembleia Municipal, de harmonização de preços entre todos os Municípios com uma desvantagem, ou seja, o Município de Vagos era o que tinha as taxas mais reduzidas dos dez que aderiram e esta convergência tarifária foi maior que as dos Municípios vizinhos. Relativamente ao aumento vertiginoso dos preços da recolha dos resíduos sólidos urbanos não é intenção da Câmara Municipal fazê-lo, as atualizações é que têm de ser feitas como é normalmente feito nestes serviços porque eles também passam a ser mais caros de um ano para o outro. Se possível, o senhor Presidente não pretende sequer mexer no preço, até porque se vai poupar algum dinheiro, assim se espera. Se perguntar se o senhor Presidente lhe consegue dar essa garantia se houver alterações legislativas que vão nesse sentido não pode dar, como é evidente. Se a ERSAR, que é a entidade reguladora desta área, impuser determinado procedimento a Câmara Municipal não pode deixar de o cumprir mas não é intenção deste executivo, que fique claro, aumentar os preços da recolha dos RSU's, pelo menos de forma vertiginosa. Este serviço não é pago pelo que os municípios paga, ou seja, há apenas uma pequena contribuição destes para o serviço o restante é a Câmara Municipal que paga. As receitas dos RSU's no ano passado andou a rondar os cento e quarenta e os cento e cinquenta mil euros e o custo são quinhentos e oitenta e cinco mil euros. -----

----- O senhor deputado pediu para usar da palavra alegando defesa da honra. Assim sendo dirigiu-se ao senhor deputado Mário Castelhana e disse que *“o que o senhor acabou de fazer, normalmente, é quando não se tem argumentos para e insulta-se as pessoas. E o que o senhor fez neste momento foi roçar o insulto pessoal que já é a segunda vez, ou terceira, nesta assembleia que o senhor põe em causa tudo e todos lançando dúvidas sobre as coisas. O senhor disse aí uma coisa engraçada que foi há muitos anos aprendeu, portanto atualize-se. Põe em causa pessoas e instituições e eu, pessoalmente, não lhe admito que me ponha a mim em causa nem instituições. O senhor tenha respeito pelas pessoas, tenha respeito pelas instituições e deixe-se de continuar a lançar insinuações sobre as pessoas e sobre as instituições.”* -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor presidente da mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com dezanove (19) votos a favor, do grupo municipal do PSD e do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos, sete (7) votos contra, do grupo municipal do CDS, e uma abstenção do senhor deputado Mário Tarenta, do grupo municipal do PS. O senhor deputado Filipe Mendonça Ramos fez uma declaração de votos: *“Eu aprovo o ponto porque de facto perante as ameaças registadas e os riscos de redução da qualidade de serviço, e visto que a presente contratação visa exatamente diminuir custos e aumentar a qualidade de serviço isto só pode ser aprovado. Porém, gostava de fazer uma declaração onde registo a preocupação por haver algum aumento abusivo nas taxas cobradas aos municípios, portanto, espero que isso não aconteça.”* -----

----- O senhor presidente da mesa informou de que, neste momento, faria todo o sentido passar à discussão do ponto cinco, caso os senhores deputados não se oponham. A alteração foi aceite e o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em reunião extraordinária da câmara municipal, realizada no dia 12 de fevereiro de 2015, foi submetido à discussão e aprovação da assembleia: -----

-----PONTO CINCO: CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL – FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL, DOS MUNICÍPIOS DE ÁGUEDA, ALBERGARIA-A-VELHA, ANADIA, AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES DO MUNICÍPIO DE AVEIRO, ESTARREJA, ILHAVO, MURTOSA, OLIVEIRA DO BAIRRO, OVAR, SEVER DO VOUGA, VAGOS E DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO, ENTIDADES QUE INTEGRAM O AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES – CPS – 001/2015; -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou de que ao contrário do ponto anterior, em que não fazem parte os onze municípios da CIRA, porque muitos têm contratos em vigor e têm de os deixar acabar, neste caso da eletricidade o procedimento pode ser feito para os onze, que em princípio irão aderir. Há um que está em dúvida, se adere ou não adere, embora já esteja um pouco mais adiantado em relação aos outros nessa matéria, que é o Município de Águeda e que está a ponderar a adesão ou não. Este trabalho para além da colaboração dos técnicos da Autarquia foi, ao nível intermunicipal, coordenado pelo município de Vagos que elaborou o caderno de encargos e todo o procedimento que houve de dados e formatação de tudo o que era as características dos consumos dos onze Municípios. Todo este processo foi liderado, e muito bem, pelo senhor Vice-Presidente. O que se trata aqui é da contratação de energia de baixa tensão normal, baixa tensão especial e média tensão para todos os onze Municípios que forneceram os dados e depois foi feita a elaboração do caderno de encargos. Esta parte o senhor presidente pediu autorização para ser o senhor Vice-Presidente a explicar, uma vez que foi ele que coordenou. Autorização concedida e o senhor Vice-Presidente informou de que o objetivo fundamental é com grandes quantidades de energia conseguir-se ter peso e ter o preço de KW mais baixo. Nesta situação falou de um ponto que tem a ver com a faturação dos municípios que se mantem independente, ou seja, não há ninguém a condicionar ninguém. A única coisa que aconteceu foi os municípios unirem as estimativas de consumo para se ter a energia mais barata. Relativamente ao prazo de duração do contrato, após alguma discussão, concordou-se que fosse de dois anos, e porquê? Porque ao fazer contratação de um ano as mudanças para o mercado liberalizado não se fazem nem em quinze dias nem em um mês e não se conseguia fazer tudo rapidamente e quando se conseguisse fazer tudo já se estava no fim do contrato. Também podia ser de três anos, dois anos mais um mas o comercializador assumiria sempre como sendo três e assim não havia vantagens, mas como tem de ir comprar a energia assumir-se-ia mais riscos, porque ele tem de dar um preço da energia mas depois tem de a ir buscar ao mercado o que está indexado e seria pior. Assim sendo, entendeu-se, com o acordo de todos os municípios, ficarem os dois anos. A nível de estimativa está-se a falar nos dois anos num valor estimado, e aqui são consideradas estimativas de vinte e seis milhões de euros para todos os municípios. Esta situação de passagem ao mercado liberalizado terá sempre que acontecer, porque os Municípios iriam começar a ser penalizados por estarem no mercado regulado. -----

----- O senhor Fernando Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, referiu que não quer com este contrato que baixem os Woltes nem que apaguem muitas lâmpadas na Freguesia. -----

----- O senhor Vice-Presidente referiu que tal não acontecerá porque essa parte diz respeito à EDP distribuição que terá de continuar a prestar esse serviço. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou uma pergunta ao senhor Vice-Presidente, ou seja, se as rendas prediais da rede que cumprem cabem ao Município, perdem-se no concurso ou continuam a existir? -----

----- O senhor Vice-presidente respondeu que nada têm a ver, é totalmente independente, isto é apenas utilizar os consumos para fazer um contrato. Não interfere nada com o contrato de concessão, aliás é um dos pontos que irá ser revisto, que tem a ver com EDP distribuição e não com a EDP Comercializador. –

----- Entretanto, o senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que o contrato de concessão da EDP é um contrato, de certa forma, similar ao da AdRA. Na década de setenta quem geria a rede baixa era a Câmara Municipal. Em fevereiro de 1980 é que a Câmara Municipal fez um novo contrato de concessão com a EDP, que na altura também fazia parte do Estado. Agora, a EDP “até já é chinesa” e, portanto, é um mercado liberalizado. Se havia alguma semelhança entre a concessão da AdRA e da EDP já não há nenhuma semelhança entre a concessão da recolha dos resíduos sólidos, porque não é uma concessão e sim uma aquisição de serviços. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor presidente da mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- No momento da votação estavam ausentes da sala os senhores deputados Filipe Mendonça Ramos, Juan Martins, José Martins e Liliana Barreira. -----

----- Seguidamente o senhor presidente da mesa passou ao ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA (E SEU SUBSTITUTO, TAMBÉM PRESIDENTE DE JUNTA) PARA, EM REPRESENTAÇÃO DE TODAS AS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE VAGOS, PARTICIPAR NO XXII CONGRESSO DA ANMP DE 27 E 28 DE MARÇO DE 2015, NOS TERMOS DO ARTIGO 6º DOS ESTATUTOS DA ANMP;** -----

----- Relativamente a este ponto, o senhor presidente da assembleia municipal questionou os grupos municipais relativamente a propostas a apresentar. O senhor deputado Juan Carlos Martins sugeriu, em nome do grupo municipal do PSD, o senhor Albano Jesus Gonçalves, presidente da junta de freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo e como substituto o senhor Silvério de Jesus Rua, presidente da junta de freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina. Os outros grupos municipais, CDS e PS, não apresentaram qualquer proposta. -----

----- Seguidamente foram distribuídos vinte e seis boletins para se proceder à eleição do representante, e seu substituto, e convidados os senhores deputados a votar indicando no boletim os nomes propostos.

----- A votação foi feita, por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: senhor Albano de Jesus Gonçalves e senhor Silvério Rua obtiveram dezasseis (16) votos, o senhor Luís Fernando Oliveira, presidente da junta de freguesia de Calvão obteve um (1) voto, contaram-se ainda dois (2) votos nulos, por não expressarem validamente sobre nenhuma das propostas apresentadas a sufrágio, e seis (6) votos em branco. -----

----- Concluída a votação, foi eleito como representante de todas as juntas de freguesia do município de Vagos, para participar no XXII Congresso da ANMP de 27 e 28 de março de 2015, o senhor Albano de Jesus Gonçalves, presidente da junta de freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo e como

substituto o senhor Silvério de Jesus Rua, presidente da junta de freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina. -----

----- No momento da votação não se encontrava na sala a senhora deputada Maria Helena Marques. ----

----- Não havendo mais intervenções o senhor presidente da mesa passou ao ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO TRÊS: ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA (E SEU SUBSTITUTO, TAMBÉM PRESIDENTE DE JUNTA) PARA, EM REPRESENTAÇÃO DE TODAS AS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE VAGOS, FAZER PARTE DA CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO CINEGÉTICO COMO VOGAL;** -----

----- Relativamente a este ponto, o senhor presidente da assembleia municipal questionou os grupos municipais relativamente a propostas a apresentar. O senhor deputado Juan Carlos Martins sugeriu, em nome do grupo municipal do PSD, o senhor Arlindo Neves, presidente da junta de freguesia da Gafanha da Boa Hora e como substituto o senhor Amílcar Raimundo, presidente da junta de freguesia de Santo André de Vagos. O senhor César Grave sugeriu, em nome do grupo municipal do CDS, o senhor Fernando Vieira, presidente da junta de freguesia de Soza. O grupo municipal do PS não apresentou qualquer proposta. -----

----- O senhor presidente da câmara usou da palavra para esclarecer que o senhor Fernando Vieira já foi indicado, para vogal do Conselho Cinegético, pelo Clube de Caçadores de Soza, não podendo representar as duas entidades, Junta de Freguesia e Clube de Caçadores, no mesmo órgão. -----

----- O senhor Fernando Vieira esclareceu que essa situação está salvaguardada, ou seja, como havia a possibilidade de estar em representação dos Presidentes de Juntas de Freguesia, caso fosse eleito, ficaria o lugar em aberto no Clube de Caçadores e não iria representar os dois órgãos. O senhor Fernando referiu que existem alguns problemas no Concelho relacionados com a caça tanto pela maneira como a direção municipal tem estado a ser gerida, que não presta contas há uma série de anos e tantas outras situações que precisam de ser resolvidas, tais como a questão dos javalis e de outros animais selvagens que em alguns sítios têm estado a causar estragos aos agricultores. Portanto, este assunto deve ser encarado com algum cuidado e daí o senhor Fernando Vieira estar a ser indicado pelo segundo Clube de Caçadores do Concelho de Vagos uma maior representação nesse Conselho para, de alguma forma, poder fazer frente ou esclarecer muitas das situações que estão mal na cinegética do Concelho. -----

----- O senhor Presidente da Câmara pediu para usar da palavra para referir que esta é um assunto que não é muito próximo no seu dia-a-dia mas não quis de deixar de fazer aqui um reconhecimento público de que quem chamou à atenção desta problemática foi o senhor Vereador Mário Martins, numa reunião de câmara. Posteriormente a essa chamada de atenção, muito útil por sinal, o senhor Presidente da Câmara foi inteirar-se dos problemas que entretanto começaram a ser do conhecimento público e daí ter-se feito esta reimplantação do Conselho Municipal de Cinegética no Concelho de Vagos que já não estava em funcionamento há algum tempo. Tudo isto vai ao encontro daquilo que o senhor Presidente da Junta de Soza disse, ou seja, há aqui algumas problemáticas, umas que não são diretamente das competências do Presidente da Câmara, e que tem a ver com os associados, mas

outras que têm. Há aqui uma importância relevante neste assunto porque houve uma transferência grande de competências para o Clube de Caçadores. A questão dos javalis é uma das últimas novidades, relativamente a este assunto, e ao Clube de Caçadores também compete fazer o chamado controle da espécie e convém ter a noção do número de javalis que existem no Concelho porque eles têm destruído, como é do conhecimento público, uma série de plantações, nomeadamente de milho. Entretanto, há um outro problema associado a este que é os agricultores para se proteger andam a deixar armadilhas envenenadas como forma de os javalis não atacarem as culturas e isto gera um problema de saúde pública. Tudo isto leva à necessidade de reimplantar o Conselho Municipal de Cinegética, e de este começar a trabalhar, que é constituído pelos seguintes representantes: um elemento do Clube de Caçadores de Soza; dois elementos do Clube de Caçadores de Vagos; um elemento do ICNF; um elemento da Associação Ambiental do concelho “Charcos & Companhia”; um presidente de Junta, eleito aqui na Assembleia Municipal; dois agricultores, indicados pela Cooperativa Agrícola de Vagos e Oliveira do Bairro. -----

----- Entretanto, a senhora deputada Maria Helena Marques deu entrada na sala. -----

----- Seguidamente foram distribuídos vinte e sete boletins para se proceder à eleição do representante, e seu substituto, e convidados os senhores deputados a votar indicando no boletim os nomes propostos.

----- A votação foi feita, por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: senhor Arlindo Neves e senhor Amílcar Raimundo obtiveram dezassete (17) votos, o senhor Fernando Vieira, presidente da junta de freguesia de Soza obteve sete (7) votos, contaram-se ainda um (1) voto na senhora Fernanda Oliveira, presidente de junta de Ouca, e dois (2) votos nulos por não expressarem validamente sobre nenhuma das propostas apresentadas a sufrágio. -----

----- Concluída a votação foi eleito como vogal no Conselho Cinegético, em representação de todas as juntas de freguesia do Município de Vagos, o senhor Arlindo Neves, presidente da junta de freguesia da Gafanha da Boa Hora e como substituto o senhor Amílcar Raimundo, presidente da junta de freguesia de Santo André de Vagos. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 22 de janeiro de 2015, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO QUATRO: PAES – PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL – PACTO DE AUTARCAS;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou de que este PAES faz parte de um conjunto de compromissos assumidos pelo Município de Vagos quando se aprovou a candidatura ao MAYORS ADAPT e que são compromissos do ponto de vista das alterações climáticas e do combate às mesmas. O Município de Vagos está envolvido em vários projetos nesta matéria, nomeadamente este do MAYORS ADAPT e do Pacto de Autarcas. No âmbito da CIRA está também envolvido em alguns projetos europeus, nomeadamente o projeto BASE que é um projeto que está a fazer um estudo sobre aquele espaço entre a praia da Vagueira e a Barra. O senhor Presidente aproveitou para informar de que foi convidado para participar nas convenções da ONU sobre as alterações climáticas que vai decorrer em Copenhague, em Maio, como orador num *workshop* que versa estas questões das alterações

climáticas e das suas consequências na Costa. O convite foi feito pelo projeto BASE precisamente para ir testemunhar os problemas existentes na praia da Vagueira. Há aqui um conjunto de levantamentos e propostas que foram feitos, e o senhor presidente pediu autorização para passar a palavra ao senhor Vice-presidente para dar conhecimento a esta Assembleia Municipal, e que fazem parte de um projeto em que o Município está envolvido no âmbito da RUCI, que é coordenado pela Câmara Municipal de Águeda, e que está inserido nestes compromissos assumidos. O senhor Presidente da Mesa autorizou o uso da palavra pelo senhor Vice-presidente que começou por referir que este plano concretiza o compromisso assumido aquando a adesão do Município ao Pacto de Autarcas Europeu. De acordo com este Pacto de Autarcas tem de haver uma redução na ordem dos 20% das emissões, ou superar se for necessário, através da melhoria da eficiência energética. Esta eficiência energética pode ser melhorada tanto na utilização da energia com também produção. Relativamente ao PAES o senhor vice-presidente quis deixar algumas notas relativamente à estrutura que está dividida e num primeiro ponto fala em indicadores energéticos de Vagos que fornecem algumas informações que permitirá a tomada de algumas decisões. A nível de vetores energéticos o Município de Vagos tem cerca de 40% em gasóleo rodoviário, em questão de consumos, 23% em eletricidade e 21% em gás natural, isto à data de 2010. A previsão é que para 2020–2030 haja um pequeno aumento da parte elétrica e uma pequena redução na parte do gás, porque a energia elétrica é mais fácil de transportar e em questão de preços é relativamente mais barata, assim como em equipamentos, caso não haja nenhuma versão a ser mais utilizada. Outro indicador prende-se com os consumos setoriais e os valores de 2010 são os seguintes: na indústria 25%; doméstico 38% e os serviços 17%. Não é um mau indicador inclusive porque prevê um aumento para 30% em 2020-2030 e o objetivo é captar mais indústria que indica mais investimento. Normalmente o doméstico é sempre superior a nível de consumo. Relativamente à intensidade energética, que é o consumo de energia sobre o produto PIB local, tem de ser feita uma melhoria porque comparativamente aos valores nacionais tem de ser diminuída. E como é que é que consegue descer a intensidade energética? Através da diminuição do consumo de uma utilização mais eficiente para o mesmo produto interno bruto, ou seja, tem de se produzir com menos energia o que irá tornar maior competitividade. É um dos pontos que o Município irá melhorar, de certeza, com a parte da eficiência energética porque está um pouco acima da média nacional. No ponto dois refere os compromissos de ação, para superar os objetivos: mobilizar a sociedade civil; medidas de eficiência energética; divulgar as ações desenvolvidas; apresentar relatórios, de dois em dois anos; partilhar experiências. No que respeita às medidas de sustentabilidade, as de maior relevo: iluminação eficiente em edifícios; gestão otimizada em iluminação pública; leads e luminárias eficientes, ver se é possível negociar, através da CIRA, em conjunto para se conseguir que a luminária lead fique incluída no plano de manutenção da EDP; auditorias energéticas; equipamentos e processos industriais eficientes; aumento da pedonalidade e uso da bicicleta, sensibilização e educação; geração renovável integrada; utilização de painéis solares térmicos. Relativamente aos instrumentos para maximização de impacto energético; a integração em observatório local energético; integração em inventário; plataforma WEB, que permite ter acesso aos indicadores para se poder consultar o desenvolvimento da redução de emissões que está previsto ser implementado; programas de suporte que melhoram a eficiência, programas de empreendedorismo

sustentável; concursos e ideias e ações de sensibilização para a sustentabilidade. Entretanto, o senhor Vice-presidente referiu alguns pontos já implementados em Vagos e que se podem incluir neste plano de ação. Nestas medidas todas está a repensar as que irão ser executadas porque, como é óbvio, todas elas têm retorno mas é necessário um investimento inicial e daí estabelecer prioridades. Assim sendo, há a referir: iluminação pública lead em algumas ruas de Vagos, e quando se conseguir esta negociação implementar o mais possível; colocação de baterias de condensadores nas piscinas e pavilhão municipais, que foi indicado na auditoria energética; que já estão a permitir uma poupança de cerca de mil e cem euros por mês, e foi feito um investimento de cerca de cinco mil euros. A nível dos relógios astronómicos da iluminação pública a grande parte dos PT's já os têm, ou seja, eles ligam e desligam conforme o horário de nascer do sol e do pôr-do-sol. A regulação no Município de Vagos está com um *offset* de setenta e cinco minutos, ou seja, antes quarenta e cinco minutos do nascer do sol desliga a iluminação pública e depois quarenta e cinco minutos do pôr-do-sol liga a iluminação pública. O senhor Vice-presidente está a estudar uma maneira de alterar este *offset* para não prejudicar a segurança porque pode baixar-se estes valores mas depois existe a questão de em dias muito escuros a iluminação pública desligar e causar problemas de segurança. Outra medida que pode ser incluída são as ciclovias, uma vez que fazem parte da redução de emissões. A mini produção fotovoltaica está com uma produção 40 kW no CEFA que permite ao Município vender energia à rede, conseguindo algum rendimento mensal. Outra medida a ser incluída prende-se com a auditoria energética que, entre outras medidas, já indicava a situação de redução na utilização de baterias de condensadores, e que foi corrigida antes da auditoria definida. Há uma recomendação que se prende com a instalação de autoconsumo na piscina onde se vai ter cerca de vinte mil euros, através do RUCI, de comparticipação e já foram solicitada cerca de 10 KW, podendo conseguir mais. -----

----- Não havendo intervenções o senhor presidente da mesa submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- O senhor Presidente da Câmara solicitou autorização para usar da palavra e dar conhecimento à Assembleia Municipal, que se esqueceu no período antes da ordem de trabalhos, de uma informação importante, isto é, muito recentemente foi conseguido voltar a ter no concelho de Vagos a presença da empresa CENTRAUTO que vai instalar um Centro Logístico no Parque Empresarial de Soza, na Parcela A, no Lote 2, num investimento de cerca de dez milhões de euros, criando cerca de setenta postos de trabalho. -----

----- Encerrado o período da ordem de trabalhos, o senhor presidente da assembleia municipal abriu a reunião à intervenção do público. -----

----- Do público interveio o senhor David Nunes para questionar o senhor presidente para quando a pavimentação dos passeios na rua da Cadeia, freguesia de Ouca. O senhor David já esteve há três anos atrás aqui na Assembleia Municipal, a perguntar a mesma coisa, e até à presente data ainda nada foi feito. Entretanto, perguntou, também, quando é que a estrada do Viso é alcatroada, pois andaram há um ano e tal a arranjar-la para ser alcatroada mas nunca foi. Na altura disseram que era porque os empreiteiros estavam de férias, mas agora, será que ainda estão? O senhor David gostaria também de

saber porque é que três grandes firmas não pagam IMI e os pobres contribuintes pagam. Será porque uns vivem em casas de renda e outros fora do Concelho? -----

----- O senhor Presidente da Mesa perguntou o senhor Presidente da Câmara se queria esclarecer as questões colocadas pelo senhor David Nunes ao que este respondeu que sim. -----

----- O senhor Presidente da Câmara respondeu que quanto aos passeios da rua da Cadeia o assunto está a ser tratado com a Junta de Freguesia e essa matéria será trabalhada em conjunto, embora ainda não tenha uma data específica para a sua realização porque depende desta articulação/conjugação com a Junta de Freguesia. No caso da rua do Viso ela será alvo de uma intervenção, como ouviu em breve vai iniciar-se um périplo pelos Presidentes de Junta de Freguesia para indicarem as suas prioridades. É óbvio que não é necessário perguntar à senhora Fernanda Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca, se esta é ou não uma prioridade para a freguesia, porque ela tem feito, repetidamente, esse esforço junto da Câmara Municipal mas, evidentemente, por questões financeiras ainda não foi possível. Iniciou-se pelas intervenções que se entendeu serem prioritárias, nomeadamente a reparação da via que liga Boco à Quintã, que era uma rua que quando chovia ocorriam inúmeros acidentes, felizmente sem vítimas mortais, e que financeiramente é uma intervenção pesada e cara. Relativamente à isenção de IMI e DERRAMA a pergunta deve ser dirigida aos membros da Assembleia Municipal porque são eles que aprovam as isenções. Ainda assim, e não se furtando justificar essa isenção de IMI, lembrou que essas três empresas, a Ria Baldes, a Plafesa e a Grestel, criaram nos tempos mais recentes, em plena recessão e crise económica, mais de mil e duzentos postos de trabalho. No Concelho de Vagos. Ainda há pouco tempo a Ria Blades anunciou a contratação de mais cerca de quatrocentos e cinquenta trabalhadores. Portanto, justificando a posição quer da Câmara, que remeteu à Assembleia Municipal, quer da Assembleia Municipal, que aprova, este é um fator de inegável importância para o Concelho, para a Região e para o País, daí estas empresas de forma excepcional serem isentas de pagar, durante cinco mais cinco anos, esses impostos e depois a partir de dois mil e dezanove passarão a pagar o IMI e a DERRAMA. Os Municípios concorrem entre si, ou seja, se elas não viessem para o Concelho de Vagos poderiam ir para outro Concelho onde lhe davam essas condições e se calhar até os terrenos. No caso o Município não cedeu os terrenos mas concedeu-lhes essas isenções e, na opinião pessoal do senhor Presidente, muito bem, porque criam emprego, criaram riqueza e deram oportunidade a que os vaguenses, e não só, pudessem trabalhar. Esta é a justificação para que estas três empresas tenham isenção de IMI e DERRAMA. -----

----- De seguida pediu para usar da palavra o senhor João Ferreira, que reside na rua direita, na Freguesia de Soza, e referiu que já escreveu no livro de reclamações, na Câmara Municipal, e já esteve numa reunião com a senhora Vereadora sobre um problema com uma paragem de autocarro. Há crianças que saem às 07h 00m para as aulas e nos dias em que chove não têm onde se abrigar. Outro problema que referiu prende-se com o trânsito porque, no entender do senhor João, deveriam ser colocadas lombas na estrada ou passadeiras elevadas, principalmente nas grandes retas, para quebrar a velocidade. Entretanto, fez referência a um sinal de trânsito que se encontra à saída de Soza, quem vem de lá para cá, junto à residência da D^a Alda, antes de chegar à rotunda, tem um sinal a indicar que se deve reduzir a velocidade para 70km/hora, isto dentro de uma localidade. Assim sendo, isto

pressupõe que se pode vir, por exemplo, a 80 Km/hora mesmo dentro de uma localidade porque a seguir tenho um sinal a indicar que se deve reduzir para 60 Km/hora. Relativamente a parques infantis, e o senhor João falou porque tem uma filha de três anos, Soza não tem nenhum, porque não tem condições para isso, há um aqui em Vagos mas não tem condições de segurança pois tem um quadro elétrico, o que não é permitido por lei, com os fios soltos. O referido parque estava cheio de ervas e vidros o que é incompreensível, porque tem de haver mais cuidado com os sítios frequentados por crianças. A escada do escorrega não é próprio para crianças. Entretanto, o senhor João fez referência à drenagem de águas, um assunto aqui falado há pouco, e que é a sua área profissional. Segundo o senhor João a drenagem de águas só está a funcionar porque a AdRA não faz o que lhe compete, porque tem de ter três grupos de bombas a puxar as águas para trabalhar em simultâneo uma de cada vez, quando uma delas deve ser suficiente para o consumo normal diário. Quando há a necessidade de, e isto é tudo gerido num quadro elétrico, de o reforço de puxar as águas avança uma segunda bomba que trabalha em conjunto com a primeira, que trabalham em alternância uma de cada vez, para que não rebente uma e as outras fiquem descansadas. Quando há um caudal superior, em que uma não chega, arranca uma segunda em puxa naquele momento. Se por ventura houver uma catástrofe e for necessário arrancar as três bombas tem de arrancar ao mesmo tempo. No final se houver uma bomba que se queime ou avarie por qualquer motivo há um contacto ao quadro elétrico que por sua vez envia um sinal a um quadro de alarme e se houver uma intervenção rápida há ainda duas bombas a trabalhar. Portanto, se a gestão for feita como deve ser, a tal gestão que o senhor Presidente falou, e muito bem, e se as coisas estiverem como deve ser nunca acontece sair e haver caudal a mais e vir para os terrenos. Esta é a área do senhor João com trintas e três anos de experiência como canalizador e vinte dos quais como encarregado de uma empresa, sempre nesta área. O senhor João ofereceu-se, ainda, para o que for necessário nesta área, caso precisem da sua mão-de-obra para o que for preciso, desde que não tenha despesas com isso, está disponível para ajudar. Dentro dos conhecimentos que tem está disponível para ajudar quer a Junta de Freguesia quer a Câmara Municipal. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelo senhor João Ferreira. Entretanto, começou por agradecer e felicitar o senhor João, e o senhor David também, por esta postura e atitude, porque é assim que se fazem as coisas chamando à atenção nos locais próprios para se conversar sobre estes temas. O senhor Presidente reconheceu o senhor João e inclusive já resolveu um problema levantado pela esposa sobre assuntos bem mais delicados, do que estes que aqui trouxe, e onde foram chamadas as autoridades e o Agrupamento de Escolas à atenção para a problemática. Em relação à questão da paragem de autocarros o senhor Presidente solicitou ao senhor João que depois pormenorize o local, porque o executivo não tinha conhecimento. Segundo informações da senhora Vereadora Dulcínia a reunião que decorreu na Câmara Municipal teve a ver com a questão das lombas ou passadeiras elevadas. Relativamente à colocação de Lombas ou passadeiras elevadas é uma problemática que a Câmara Municipal tem em todo o Concelho, pelo seguinte, ou seja, quando se colocam de imediato estão as pessoas, que vivem ali perto, a queixarem-se porque o barulho as incomoda durante a noite. Em relação ao sinal de redução que referiu o senhor Presidente também não concorda porque o que o código da estrada diz é que dentro das

localidades não se pode andar a mais de 50 KM/hora, portanto, não faz qualquer sentido. O senhor Presidente pensou que o senhor João fosse falar num outro sinal que é proibição de passagem de veículos com matérias perigosas no acesso direto à A17. Esse sinal é um contrassenso absoluto que teve a manifestação de maior repúdio na altura do executivo liderado pelo Dr. Rui Cruz, mas foi condição para que aquela via rápida fosse feita, porque dá a impressão que são mais importantes os pássaros e os cursos de água do que as pessoas caso houvesse um acidente. Essa é uma matéria que o senhor presidente irá abordar numa reunião que já solicitou às Estradas de Portugal, isto, é saber se é possível retirar aquele sinal. Sobre a questão do parque infantil, apesar desta parte de baixo ser bastante usada pelo Museu do Brincar, nunca a Câmara havia sido chamada à atenção mas irá segunda-feira solicitar aos serviços para verificar a situação. De todas as formas a obra da Quinta do Ega tem um parque infantil com brinquedos “alternativos”, há também o parque infantil situado por de trás da Urbanização de São Sebastião e o parque infantil da praia da Vagueira, que é o parque infantil de referência do Concelho de Vagos. -----

----- Não havendo mais público a intervir o senhor presidente da assembleia deu a palavra ao segundo secretário para a leitura da minuta da ata. -----

----- De imediato o segundo secretário, senhor Víctor Fernando Santo Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal submeteu a minuta da ata a votação tendo sido **aprovada, por unanimidade.** -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e três horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo presidente da mesa. -----

----- **O presidente,** _____